



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

FRANCISCA LILIANA MARTINS DE SOUSA

BIBLIOTECA PRISIONAL NO INSTITUTO PENAL FEMININO
DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA: CENÁRIO E
POSSIBILIDADES EM PROL DA REINSERÇÃO SOCIAL

Fortaleza
2017

FRANCISCA LILIANA MARTINS DE SOUSA

BIBLIOTECA PRISIONAL NO INSTITUTO PENAL FEMININO
DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA: CENÁRIO E POSSIBILIDADES
EM PROL DA REINSERÇÃO SOCIAL

Monografia apresentada ao curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Ceará (UFC) como requisito parcial para a
conclusão da disciplina monografia II.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto

Fortaleza
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S696b Sousa, Francisca Liliana Martins de.
Biblioteca prisional no instituto penal feminino desembargadora Auri Moura Costa:
cenário e possibilidades em prol da reinserção social / Francisca Liliana Martins de Sousa. – 2017
70 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de
Humanidades Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto.

1. Biblioteca prisional. 2. Leitura. 3. Reinserção social. I. Título.

CDD 020

FRANCISCA LILIANA MARTINS DE SOUSA

BIBLIOTECA PRISIONAL NO INSTITUTO PENAL FEMININO
DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA: CENÁRIO E POSSIBILIDADES
EM PROL DA REINserÇÃO SOCIAL

Monografia apresentada ao curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Ceará (UFC) como requisito parcial para a
conclusão da disciplina monografia II.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias (membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Oderlânia Torquato Leite (Membro da Banca)
Secretaria da Justiça e Cidadania- Sejus (CE)

Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais: Lúcia Helena e
Evaristo Oliveira, e as internas do
Instituto Penal Feminino Auri Moura
Costa.

AGRADECIMENTOS

A Deus por minha vida, família e amigos

À minha orientadora Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto que mais uma vez provou não ter medo de desbravar mares desconhecidos e foi minha bússola quando não sabia qual direção seguir, louvo infinitamente a Deus por sua vida.

À Universidade Federal do Ceará por possibilitar a realização desse sonho.

À minha banca examinadora, por ter aceitado prontamente o convite.

Aos meus pais Evaristo Oliveira e Lucia Helena Martins por me ensinarem o valor da vida, do amor e da gratidão.

Ao meu marido José Autair Mesquita, por estar ao meu lado nessa caminhada mesmo quando eu ficava insuportável, obrigada pelo seu companheirismo e amor.

Às minhas irmãs Liana Martins, Francisca Martins (Neném) e Leticia Martins pelo amor incondicional e palavras de incentivo.

Ao meu filho que é meu maior bem na terra.

Aos Professores do Departamento de Ciências da Informação, Adriana Nobrega, Fatima Costa, Heliomar Cavati, Isaura Sombra, Wagner Chacon, Jefferson Veras, Márcio Assumpção, Hamilton Tabosa, Cyntia Chaves, Arnaldo Nunes, Tadeu Feitosa, Osvaldo de Sousa, um agradecimento especial à Professora Lidia Eugenia, responsável por minha paixão pela Biblioteconomia através da disciplina de História dos Registros do Conhecimento e que me proporcionou o privilégio de ser sua bolsista de pesquisa, a Professora Gabriela Belmont, pela chance de ser sua monitora e pelos conhecimentos que essa oportunidade me permitiu, a Professora Mayra Mesquita que consegue com maestria aliar técnica e teórica, a Professora Giovanna Guedes por ser além de professora competente uma amiga, a diva da Biblioteconomia Professora Áurea Montenegro por esse sorriso que nos contagia, vocês são responsáveis por tornar sonhos reais, como esse que acabo de realizar. Aos demais colaboradores do DECINF: Lú, Haroldo, Nara, D. Cristina e Cícero pelo carinho e presteza de sempre.

À Coordenação do curso em atenção a todo o auxílio recebido durante a graduação, um agradecimento especial a Fabia.

Às minhas amigas, companheiras, conquistas que levarei para a vida inteira Josélia Oliveira, Taciana Pimentel, Jardélia Sousa e Rayara Barreto, vocês são joias raras.

À família que constitui no Tribunal Regional do Trabalho, minha gestora Rejane Albuquerque, muito obrigada por ser esse ser humano tão especial, uma profissional

inigualável, a melhor gestora que alguém pode sonhar em ter, você é minha inspiração. Também agradeço à Erika Chaves e Rita Meire Mendonça vocês me inspiram na busca por me tornar um ser humano cada vez melhor e, aproveito para agradecer ainda, a mais recente integrante dessa família Luciana Tomaz, vocês moram no meu coração.

A lista de agradecimentos não tem fim, mas é com o coração repleto de alegria que sigo agradecendo aos que sempre torceram por mim, ao amigo e compadre, Antônio Madeira, minha comadre Geciane Rodrigues, aos amigos Francisco Carolino, Hermes Farias e Brigido Abreu, às amigas Rosa Dayse Fernandes, Hélia Ferreira e Lene Abreu.

A todos os colegas de curso, pela parceria.

Enfim, eu sou toda gratidão, obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esse momento, “vocês não sabem o quanto caminhei pra chegar até aqui”.

Além desse portão, havia o mundo da liberdade. E, de dentro, aquele mundo nos parecia como um conto de fadas, como uma miragem. O nosso mundo nada tinha de análogo com esse outro: eram leis, costumes hábitos característicos, uma casa morta-viva, uma vida à parte de homens à parte.

(Fiódor Mikhailovitch Dostoievsk, in: Recordações da casa dos mortos)

RESUMO

As transformações sociais que permeiam a sociedade resultam na busca por novas práticas em todas as instituições. Nesse contexto, o sistema prisional necessariamente precisou rever suas ações perante a população carcerária, particularmente no que tange ao cometimento de delitos pelas mulheres. O número de crime praticado por essa parcela da população vem crescendo exponencialmente, suscitando, portanto, um novo olhar para essa realidade. No cenário carcerário brasileiro foi publicada a Lei de Execução Penal (LEP), que trouxe em seu escopo a implementação de instrumentos que possibilitem a reinserção dos indivíduos privados de liberdade. Assim, surge a biblioteca prisional com a importante função de contribuir para a melhoria da realidade do cárcere e favorecer a reinserção social da população carcerária. Nesse contexto, apresenta-se os resultados da pesquisa que tem como objetivo geral analisar a função da biblioteca prisional no cenário carcerário feminino por meio da efetivação de ações de leitura que favoreçam a reinserção social das internas no Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa. A abordagem metodológica pauta-se nos estudos exploratórios, cujo tipo de pesquisa utilizado foi a Sociopoética, em consonância com a observação *in loco*, além de respaldar-se em uma pesquisa bibliográfica. O instrumento de coleta de dados foi a vivência dos “lugares geomíticos”. Os resultados revelam a existência de lacunas que dificultam as ações de leitura da biblioteca no ambiente carcerário, principalmente no que se refere a ausência de profissional habilitado. Evidenciou-se, ainda que mesmo diante da falta de estrutura essa instituição ainda consegue promover diversos benefícios para as internas. Concluiu-se que, para que haja uma atuação efetiva da biblioteca em prol da reinserção social é essencial que seja assegurado as condições necessárias para isso.

Palavras-chave: Biblioteca prisional. Leitura. Reinserção social.

ABSTRACT

The social transformations that permeate society result in the search for new practices in all institutions. In this context, the prison system necessarily had to review its actions against the prison population, particularly in what regards the commitment of crimes by women. The number of crimes practiced by this portion of the population has been growing exponentially, thus giving rise to a new look at this reality. In the Brazilian prison setting, the Law on Criminal Execution (LEP) was published, which brought in its scope the implementation of instruments that enable the reintegration of individuals deprived of their liberty. Thus, the prison library emerges with the important function of contributing to the improvement of the reality of the prison and favoring the social reinsertion of the prison population. In this context, we present the results of the research that has as general objective to analyze the function of the prison library in the female prison setting by means of the implementation of reading actions that favor the social reintegration of inmates at the Criminal Officers Institute Auri Moura Costa. The methodological approach is based on the exploratory studies, whose type of research was Sociopoética, in consonance with the observation in loco, besides being supported in a bibliographical research. The instrument of data collection was the experience of "geomorphic places". The results reveal the existence of gaps that make it difficult to read the library in the prison environment, especially in the absence of a qualified professional. It was evident, even though in the face of the lack of structure this institution still manages to promote several benefits for the internal ones. It is concluded that, for the library to work effectively for social reintegration, it is essential that the necessary conditions be ensured.

Keywords: Prison library. Reading. Social reinsertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Lugares Geomíticos de acordo com Jacques Gauthier.....	19
Quadro 2 – Lugares da natureza (Geomíticos) e suas representações no IPF.....	20
Gráfico 1 – Representação das copesquisadoras para a leitura e projetos de leitura no IPF.....	43
Gráfico 2 – Representação das copesquisadoras para a biblioteca prisional do IPF.....	50
Figura 1 – Desenho apresentado pela copesquisadora 4.....	44
Figura 2 – Desenho apresentado pela copesquisadora 8.....	45
Figura 3 – Desenho apresentado pela copesquisadora 7.....	52
Figura 4 – Desenho apresentado pela copesquisadora 11.....	53
Figura 5 – Desenho apresentado pela copesquisadora 12.....	54
Figura 6 – Desenho apresentado pela copesquisadora 5.....	55
Figura 7 – Texto desenvolvido pela copesquisadora 9.....	57
Figura 8 – Desenho apresentado pela copesquisadora 4.....	58
Figura 9 – Texto desenvolvido pela copesquisadora 6.....	59

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DEPEN	Departamento Penitenciário
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INFOPEN	Levantamento de Informações Penitenciárias
IPF	Instituto Penal Feminino
JF	Justiça Federal
LEP	Lei de Execução Penal
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SEJUS	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA.....	17
3	BIBLIOTECA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	21
3.1	Encarceramento feminino no Brasil.....	26
3.2	Considerações sobre o sistema prisional: origem e contexto brasileiro	30
4	LEITURA NA PRISÃO.....	32
4.1	Remição pelo estudo.....	34
4.1.1	<i>Remição pela leitura.....</i>	35
4.2	A atuação do bibliotecário em biblioteca prisional.....	36
5	ESTUDO IMPÍRICO: detalhando o lócus da pesquisa.....	38
5.1	Preparando o caminho para realização da vivência.....	39
6	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE-A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE).....	67
	ANEXO-A APROVAÇÃO DA PESQUISA NO CONSELHO DE ÉTICA.....	70

1 INTRODUÇÃO

“Nenhuma punição já teve poder suficiente para prevenir crimes. Ao contrário, qualquer que seja a punição, desde que um crime tenha aparecido pela primeira vez, seu ressurgimento é mais provável do que sua aparição inicial ter sido”.

Hannah Arendt

A constituição do sistema carcerário brasileiro não fugiu à regra ao modelo que originalmente norteou a concepção dessas instituições nas diversas sociedades ao longo do tempo. Tal sistema é percebido como um local de punição e com ações exclusivas voltadas para o controle disciplinar. Conforme Foucault (1999) inicialmente esse controle era exercido através dos castigos corporais, com o tempo passou a ser efetivado através da “alma”, com a perda de um bem ou de um direito, como revela o autor em sua obra “vigiar e punir”.

O surgimento das prisões como forma de correção aos transgressores das leis, não resultou na diminuição da criminalidade. Como destacou Foucault (1999, p, 214) “a prisão não diminui a taxa de criminalidade, pode até aumentá-la, multiplicá-la ou transformá-la”. Desse modo, o crescimento contínuo da delinquência assim como o alto índice de reincidência criminal têm revelado a ineficiência desse sistema e tem suscitado a necessidade de reflexões acerca da realidade e das práticas utilizadas nos espaços carcerários brasileiros.

Para isso, estudos são realizados com o intuito de compreender a dinâmica da violência, refletir sobre suas causas e apresentar possíveis soluções. Assim, várias áreas do conhecimento têm se engajado em realizar pesquisas sobre a realidade do sistema prisional brasileiro. Porém, poucos estudos são voltados para a realidade das mulheres privadas de liberdade, bem como, para os mecanismos, ações ou instrumentos capazes de contribuir para o possível retorno dessas mulheres a sociedade.

A história das prisões revela que ao longo do tempo foram as mulheres que se ajustaram ao sistema carcerário, haja vista que o mesmo foi concebido essencialmente para homens, ocultando a realidade prisional feminina. Essa invisibilidade é apontada por Freitas (2012, p.125) como sendo derivada do “[...] baixo índice de criminalidade cometido por mulheres [...]”, fazendo com que o encarceramento feminino seja a tempo negligenciado por Estados e sociedade.

Entretanto, na sociedade contemporânea o cenário das mulheres encarceradas tem sofrido alterações significativas, um número cada vez maior de mulheres tem enveredado para a criminalidade. O resultado, é a superlotação das penitenciárias femininas em todo o país, fator que tem contribuído para evidenciar a difícil realidade enfrentada pelas mulheres no cárcere. Diante dessa mudança, faculta-se às autoridades um olhar mais atento para a situação das mulheres na prisão, buscando alternativas que possam contribuir para a mudança desse cenário.

As ações ou instrumentos empregados no sistema prisional brasileiro visando à melhoria do cárcere e, por conseguinte, a garantia dos direitos da população carcerária, são promovidas com base na Lei de Execução Penal (LEP) n. 7.210/84 que versa sobre o restabelecimento dos direitos civis dos apenados e sua readaptação à vida social. A referida lei traz em seu escopo medidas a serem implantadas no cárcere para valorização social do preso por meio de atividades sócio interativas, como trabalho, educação e atividades culturais, com vistas a preservar os direitos sociais dos indivíduos privados de liberdade.

Dentre os instrumentos previstos na LEP destaca-se a biblioteca prisional como um dispositivo importante para assegurar os direitos sociais da população carcerária, considerando que a implantação de bibliotecas no cárcere é um direito legal inerente a todos os apenados. Diante disso, entende-se que esse instrumento pode contribuir significativamente para a melhoria do cárcere, promovendo o acesso à informação e atuando de modo a favorecer o desenvolvimento educacional e social da população carcerária. Conforme afirma Chacón Alvarado (1993), as bibliotecas nas prisões são instituições que desempenham um relevante papel em prol da reabilitação dos encarcerados.

No entendimento de Trindade (2009) no Brasil poucos são os estabelecimentos prisionais que possuem biblioteca e quando existe, sua atuação é limitada pela falta de condições necessárias para seu funcionamento, seja pelas condições físicas ou falta de profissional capacitado. A presença do bibliotecário nesses espaços ainda é incipiente, fazendo com que as ações de leitura desenvolvidas pela biblioteca no cárcere sejam comprometidas, considerando que “o bibliotecário é imperativo no contexto das bibliotecas prisionais como colaborador do serviço social prestado”. Revelando, portanto, a imprescindibilidade desse profissional para uma efetiva atuação da biblioteca no cenário carcerário. (TRINDADE, 2009, p.51).

Destarte, considerando a importância das bibliotecas para o desenvolvimento humano, e acreditando que a biblioteca prisional em consonância com a leitura pode favorecer a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade, questiona-se, **de que modo a biblioteca prisional do Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa efetiva suas ações de leitura de modo a favorecer a reinserção social das internas?** Questionamento este pautado na necessidade iminente de novas práticas que contribuam para a sociabilização da crescente população carcerária feminina.

A justificativa para essa pesquisa pautou-se, a princípio, em uma inquietação pessoal em saber como se efetiva uma biblioteca dentro de uma unidade prisional, ou seja, como a leitura se apresenta nesse cenário considerando que a Lei de Execução Penal 7.210/ 84 garante a implantação de bibliotecas nos estabelecimentos prisionais.

Outros fatores que consolidaram a escolha da temática foram vislumbrar a biblioteca prisional como instrumento passível de atuação do bibliotecário. Isso por acreditar que ela pode contribuir como apoio a educação, incentivo à leitura, geração e ampliação de conhecimentos, bem como favorecer a reinserção a social dos indivíduos. Entendendo que a função da biblioteca prisional não destoa dos outros tipos de bibliotecas, como é apontado por Eiras (2007, p.5) “Independentemente das suas especificidades de funcionamento as bibliotecas de estabelecimentos prisionais apresentam-se como espaço de informação, cultura e lazer, tal como qualquer outro tipo de biblioteca”. Outra justificativa da escolha desse objeto de estudo está na existência de poucos estudos voltados para a realidade da leitura em unidades prisionais femininas.

Diante desse contexto, o estudo tem como **objetivo geral**, analisar a função da biblioteca prisional no cenário carcerário feminino por meio da efetivação de ações de leitura que favoreçam a reinserção social das internas no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa.

Como objetivos específicos temos:

- a) Verificar a existência de projetos de leitura em prol das internas da unidade prisional;
- b) Averiguar se na concepção das internas a leitura tem contribuído para a melhoria da realidade no cárcere;
- c) Pesquisar como se efetiva a construção das ações de leituras na Biblioteca do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa;
- d) Analisar através da percepção das internas se a biblioteca auxilia na reinserção social.

Dado o exposto, a estruturação desta pesquisa está organizada em sete capítulos. Inicia-se o primeiro, com a introdução situando o objeto de estudo, expondo a problemática e os objetivos da pesquisa, bem como a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo define-se a metodologia norteadora do trabalho visando a concretização dos objetivos propostos, apresenta-se os instrumentos que subsidiaram a coleta de dados.

No terceiro capítulo apresenta-se a biblioteca prisional e suas possíveis contribuições em prol da população carcerária, bem como um breve panorama do encarceramento feminino no Brasil, além de fazer uma contextualização da origem do sistema prisional e no contexto brasileiro.

No quarto capítulo aborda-se a leitura na prisão, a atuação do bibliotecário no espaço carcerário e as ações desenvolvidas no cárcere para a remição da pena por meio do estudo e leitura.

O estudo empírico e o detalhamento do lócus da pesquisa, além de uma breve exposição da realização da vivência para a coleta de dados juntos as copesquisadoras, está explanado no quinto capítulo.

No sexto capítulo expõem-se as análises obtidas através da vivência Sociopoética e as discussões em torno desses dados, já no sétimo capítulo apresenta-se as considerações finais retrata-se as impressões e recomendações mediante a investigação da temática abordada no trabalho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A ciência foi construída não pela
prudência dos que marcham, mas pela
ousadia dos que se aventuram em trilhar
novos caminhos.

Virginia Bentes Pinto, Edna Gomes Pinheiro

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa, visando responder aos objetivos propostos e a compreensão do estudo descrito. Para Demo (2007, p. 59) a metodologia “é uma disciplina instrumental para o cientista social”, entende-se que é uma abordagem que sustenta a investigação do pesquisador e por meio dela encontra-se os resultados para a problemática.

Em que concerne as etapas da pesquisa, iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada, que de acordo com Severino (2007, p. 122) baseia-se em

“registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, revistas, teses etc.”. Assim, iniciou-se com a realização de um levantamento bibliográfico, em seguida realizou-se a leitura e fichamentos da literatura pertinente à temática abordada, os materiais bibliográficos utilizados foram livros, artigos, monografias, teses, jurisprudências, dentre outros.

Quanto à natureza do estudo caracteriza-se como exploratório por compreender ser o mais indicada para investigações realizadas por iniciantes em pesquisa, além de servir para expandir o entendimento sobre um assunto pouco explorado, como definido por (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.61). A pesquisa exploratória é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado. Contudo é importante apresentar o conceito de pesquisa, que segundo Gil (2008, p. 26), é um: “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.”

A pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa que Minayo apresenta como sendo aquela que

[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 22)

Em uma pesquisa é preciso entender o universo estudado a partir da interpretação das opiniões e pontos de vista dos sujeitos pesquisados, analisando suas complexidades e particularidades. Para Richardson (1985, p.39) a análise qualitativa permite

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Desta forma, para obter as respostas que subsidiarão os questionamentos propostos é preciso dispor de métodos apropriados. Quanto a abordagem da pesquisa para tratamento dos dados decidiu-se pela Sociopoética, desenvolvida pelo filósofo francês Jacques Gauthier¹ tomando por base a pedagogia do oprimido de Paulo Freire. A Sociopoética visa a construção partilhada do conhecimento, em que o pesquisador tem a função de facilitador na realização da pesquisa. Em

¹ Filósofo, poeta e pedagogo francês. Pesquisador da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

consonância foi utilizada a observação *in loco* de forma a complementar a Sociopoética no procedimento investigativo dessa pesquisa.

Conforme Gauthier (2004) a Sociopoética, visa à obtenção de dados para além da expressão oral dos copesquisadores, valorizando as expressões corporais ou afetivas como emoção e intuição. Gauthier (2004, p.8) diz ainda que a pesquisa Sociopoética é “uma autoanálise coletiva, facilitada por pessoas praticando dispositivos e técnicas apropriadas”. E a partir das percepções e reflexões são obtidas as respostas para os questionamentos. A abordagem Sociopoética desenvolve-se da seguinte forma:

1ª negociação para constituição do grupo e definição do tema gerador

2º Realização de oficinas com os copesquisadores para produção coletiva, poética e artística do conhecimento, informações e experiências.

3ª Análise da produção constituída na realização da oficina com o intuito de desvendar as estruturas escondidas no pensamento do grupo pesquisado.

No tocante a coleta de dados utilizou-se duas técnicas derivadas da “Vivência dos Lugares Geomíticos”, criada por Gauthier, em que os pensamentos são materializados mediante a oralidade, desenhos ou escrita considerando os diversos lugares sugeridos pelo autor. A primeira foi denominada “escolha o lugar”, onde foram apresentadas duas perguntas geradoras, a primeira, em qual lugar da natureza você se encontra em relação à leitura e os projetos de leitura no IPF? A segunda, em qual lugar da natureza você se encontra em relação à biblioteca prisional do IPF? Então, as copesquisadoras escolhiam o lugar baseado no quadro -1, adaptado para a pesquisa e oralmente explicavam a escolha. A segunda técnica realizada foi nomeada de: “percebendo a biblioteca e leitura e a leitura no IPF”, nela as copesquisadoras teriam que se expressar através da escrita ou desenho, revelando assim suas percepções e sentimentos.

Quadro- 1- Lugares Geomíticos de acordo com Jacques Gauthier.

Lugar Geomítico	Impressão
Galáxia	É o todo em que se vive, o seu habitat
Gruta	O desconhecido, escuro, lugar de onde se observa
Ponte	Que permite sair das dificuldades
Caminho	Por onde passar
Fluxo	O que atravessa, a ramificação.

Poço	Queda, o pior que pode acontecer
Cume	Lugar mais alto onde se quer chegar
Arco-Íris	A visão colorida que se tem a partir do cume

Fonte: Gauthier, Jacques (1999)

Em um segundo quadro-2, foram apresentados os lugares geomíticos e suas representações.

Quadro 2- Lugares da natureza (Geomíticos) e suas representações no IPF

A ponte	Seria um lugar de ligação entre o cárcere e a liberdade, uma saída, a biblioteca percebida como uma oportunidade de chegar a um lugar diferente.
A gruta	Representa algo escuro, onde tudo parece sem saída e onde não se encontra condições para melhorias.
O poço	Seria o medo, incertezas, a falta de perspectiva para retornar a sociedade, lugar que não oferece resposta para suas necessidades.
O caminho	É um lugar de escolha, é uma alternativa que pode mudar sua direção e lhe conduzir a outro lugar, uma oportunidade de busca pela liberdade.
O cume	Seria a expectativa de um futuro melhor, lugar que possibilita a realização de sonhos, a oportunidade de recomeço.

Fonte: Adaptado, pela autora, da tabela de Gauthier, 1999.

Os sujeitos da pesquisa são as internas que utilizam a biblioteca ou participam do projeto de leitura no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. Optou-se pela amostragem aleatória simples, onde qualquer indivíduo que satisfaça essas condições poderá ser escolhido pela coordenação da penitenciária.

A escolha dos instrumentos supracitados ocorreu mediante a observância das peculiaridades do local onde se desenvolveu a pesquisa, assim como, dos indivíduos participantes, visando proporcionar um ambiente mais amistoso entre pesquisador e as copesquisadoras em detrimento a efetividade da pesquisa.

3 BIBLIOTECA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

“Ninguém aprende a gostar de leitura apenas ouvindo falar de livros ou vendo-os de longe, trancafiados numa prateleira. É necessário que a criança, o bibliotecário e o professor pegue e manipule o ingrediente (livro), leia o que está escrito dentro para sentir o gosto (...)”

Ezequiel Theodoro da Silva

A garantia de implantação de biblioteca nos estabelecimentos prisionais não é recente no Brasil, surgiu em decorrência da aprovação da Lei de Execução Penal 7.210/1984. Na referida lei, encontra-se especificado em seu art. 11 na seção IV, que trata dos direitos educacionais inerentes aos sujeitos reclusos a garantia da instauração de biblioteca. Segundo o disposto na lei. “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. (BRASIL, 1984). Apesar dessa garantia assegurada, poucos estabelecimentos prisionais brasileiros garantem esse direito à população carcerária, descumprindo a lei e cerceando os indivíduos de usufruir das benesses facultadas pelo acesso a esse instrumento.

A implementação de bibliotecas no sistema prisional pode ser compreendida como uma tentativa de melhorar a realidade do cárcere, contribuindo para a humanização desses espaços. Desse modo, corroborando com Silva Neto; Leite (2010, p.7) ao afirmar que “a biblioteca nos presídios tem como proposta a tentativa de uma reintegração social dos detentos através de atividades por ela desenvolvida no espaço prisional”. Possibilitando aos indivíduos em privação de liberdade o acesso à educação e a leitura garantidos por lei.

Priorizar a humanização, e a preservação dos direitos humanos dos presos, é uma concepção já vislumbrada há tempos. Foucault (1987) já relatava a necessidade dessa mudança, defendendo que os presidiários não perdem a condição de humanos ao adentrar as prisões e que não merecem sofrer punições que provoque danos físicos e psicológicos. Percebe-se que, não é submetendo os indivíduos a situações degradantes que resultará no desenvolvimento da conscientização dos mesmos, mas sim, através da educação e do acesso à informação, neste aspecto a biblioteca prisional quando amparada dos recursos necessários para uma atuação efetiva é capaz de favorecer.

A necessidade de um tratamento mais humano e o entendimento que os encarcerados retornarão à sociedade mais cedo ou mais tarde tem provocado mesmo que lento e tardiamente mudanças no sistema prisional. Dentre elas destaca-se a inclusão de biblioteca neste cenário como instrumento capaz de contribuir para o bem-estar dos indivíduos presos, favorecendo o desenvolvimento de diversos aspectos do indivíduo. “Através do acesso à informação em bibliotecas, vários aspectos podem ser desenvolvidos: o afetivo, o cognitivo, lúdico e intelectual”, como bem ressalta Magnus, (2012, p.17). Portanto, ao dispor de uma biblioteca que proporcione efetivamente o acesso à informação, a população carcerária poderá fortalecer aspectos como: reconhecer seus direitos e deveres, ampliar os conhecimentos e despertar o gosto pela leitura.

A repercussão no tocante a instalação e funcionamento das bibliotecas prisionais, gerou discussões no âmbito internacional. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, realizou trabalhos que instituem diretrizes a serem seguidas para a implementação de bibliotecas prisionais. Tais diretrizes foram dispostas em dois trabalhos denominados *Guidelines for library services to prisoners* (1995) e *Guidelines for prison libraries* (1997), revelando que não basta criar um espaço com livros, mas que, para se constituir verdadeiramente uma biblioteca em unidade prisional é necessário que sejam seguidas diretrizes básicas para seu funcionamento. Nessa perspectiva Lemos discorre que:

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, [...] (LEMOS, 2005, p.101).

Deste modo, compreende-se que, para desempenhar sua função social, provendo o acesso à informação e ao conhecimento, se faz necessário a garantia das condições essenciais para sua atuação nesse cenário e não a mera disponibilização de livros.

A biblioteca no contexto prisional deve promover a democratização da informação, cumprindo assim sua função social, além de servir de elo entre a sociedade reclusa e a liberta. Para Trindade (2009) as bibliotecas instaladas em estabelecimentos prisionais “exercem uma função social de grande importância no processo de ressocialização do preso, contribuindo para a efetividade de políticas de educação, reabilitação e utilização construtiva do tempo”. É pensar nos detentos além dos muros em

que estão submetidos nesse momento, mas, principalmente, no seu retorno a sociedade liberta.

Classificada na categoria de biblioteca especial ela não se diferencia das outras pelo seu acervo, mais pelo público ao qual está destinada. Conforme esclarece Beneduzi (2004, p. 10), “no Brasil, costuma-se definir biblioteca especial como sendo aquela que se dedica a atender um tipo de usuário diferenciado, que podem ser idosos, cegos, presidiários, entre outros”. Desta forma é preciso que esses espaços sejam implantados de acordo com o seu público específico.

No entendimento de Magnus, (2012), as bibliotecas prisionais poderão atuar em duas vertentes:

- a) na preparação para o convívio em sociedade extramuros para onde retornarão ao cumprir suas penas e precisam estar aptos para este retorno, promovendo uma conscientização quanto aos atos cometidos através da aquisição de conhecimento.
- b) no convívio intramuros, visando uma convivência pacífica entre os membros desta sociedade, desenvolvendo ações integrativas que preservem as características da vida em liberdade.

Magnus (2012, p. 62) destaca, ainda que “[...] As bibliotecas em conjunto com as medidas socioeducativas são fundamentais para o estabelecimento de uma ponte, sociedade extramuros e sociedade intramuros”. Portanto, a biblioteca pode contribuir em ambos os casos, preparando o indivíduo para o retorno a sociedade e melhorando o ambiente prisional, fazendo com que não haja um distanciamento por completo entre sociedade reclusa e a liberta.

A Lei de Execução Penal brasileira que assegura o estabelecimento de bibliotecas nas instituições prisionais é vaga em sua determinação ao não fornecer as diretrizes para seu funcionamento. O não cumprimento da lei em relação à presença de bibliotecas em estabelecimentos prisionais, assim como a falta de uma maior especificação perante a sua implantação, acarreta na maioria das vezes em um funcionamento inadequado, naqueles estabelecimentos que dispõem de bibliotecas, como revela Moura:

“[...] apesar da dificuldade em encontrar bibliotecas ou espaços de leitura dentro dos presídios brasileiros, esses ambientes existem e podem ser encontrados, apesar de, muitas vezes, apresentarem espaços inadequados para os serviços propostos pela biblioteca”. (MOURA, 2016, p. 27).

Compreende-se, portanto, que não basta criar um espaço com livros de forma improvisada e “cumprir” o que a lei determina ineficazmente. Deste modo, a biblioteca irá continuar sem cumprir o papel social ao qual lhe é inerente, que segundo Lindemann,

(2016, p. 709) é “democratizar a informação de forma neutra e igualitária, o que pressupõe que a biblioteca ofereça amplas formas de acesso à informação. [...]”. Independentemente do público a que se destine a função da biblioteca é possibilitar acesso à informação, considerando as necessidades informacionais dos seus respectivos usuários.

É visível a falta de estrutura dos presídios brasileiros, principalmente no que diz respeito a superlotação, fato que gera dificuldade em suprir essa população de elementos básicos para sua sobrevivência. Como por exemplo, local adequado para dormir, banheiros com estrutura mínima de uso, itens de higiene pessoal, como absorvente no caso das penitenciárias femininas, etc. Essas dificuldades representam empecilho para a implantação e desenvolvimento de bibliotecas, pois, se falta itens de primeira necessidade, como requisitar investimentos para implementação de bibliotecas? Diante deste panorama a disponibilização de bibliotecas pode ser entendida como dispensável, dificultando a implantação da mesma.

A temática biblioteca prisional, termo cunhado neste trabalho para conceituar os espaços físicos destinados a leitura em presídios inserida no contexto brasileiro com a Lei de Execução Penal, vem suscitando ainda que de modo lento investigações que podem contribuir para a compreensão e aperfeiçoamento da representação desses espaços no contexto penal brasileiro. Para isso, busca-se em pesquisas anteriores compreender o conceito e a função de uma biblioteca prisional que conforme Perez Pulido, (2007) tem em sua concepção

O objetivo fundamental de uma biblioteca de prisão consiste em satisfazer as necessidades educativas, recreativas e informativas dos reclusos, que é dizer, a biblioteca a de servir de apoio a educação regulamentada, aos programas de reabilitação, a aprendizagem independente e ao estudo em geral, deve ser um lugar de retiro e independência, oferecer leitura e atividades para o ócio, deve converter-se em um centro de informação a comunidade sobre o exterior, e um centro para formação e informação do pessoal, um serviço para consulta sobre os materiais relacionados com seu trabalho. (PÉREZ PULIDO, 2007, p. 73-74, tradução nossa).

Nesta perspectiva a biblioteca prisional desponta como um instrumento importante de apoio a educação e deve ser estruturada visando as necessidades dos seus usuários. Logo, uma biblioteca prisional deve servir a sua comunidade da mesma forma que qualquer outro tipo de biblioteca, considerando que cada biblioteca deve se adequar as necessidades dos seus usuários. Sendo assim, há mais semelhanças do que diferenças entre uma biblioteca que servirá a uma comunidade de reclusos e uma biblioteca pública por exemplo, como descreve Lopes Neto; Silva (2011).

Ao contrário do que se possam pensar as semelhanças entre as bibliotecas de estabelecimentos prisionais e as bibliotecas públicas são maiores do que as diferenças. Pela sua condição de reprodução da sociedade os estabelecimentos prisionais recriam no seu interior uma micro sociedade com as mesmas características da existente extramuros. (LOPES NETO; SILVA, 2011, p.2).

Considerando que na sociedade intramuros, assim como na extramuros existem regras estabelecidas e que essa micro sociedade tem necessidades que precisam ser supridas. Portanto, independentemente da sociedade onde esteja inserida, a biblioteca não destoa da sua função, o que deve ser considerado são apenas as especificidades de cada sociedade onde estão integradas.

A necessidade de informação varia conforme a sociedade, mas, é inerente a qualquer indivíduo. Desse modo, é preciso vislumbrar as necessidades de informação dos encarcerados, é nesse contexto que a biblioteca deve atuar. Como ressalta Barros (2013, p.3) a inserção da informação no sistema penitenciário é entendida “como um instrumento capaz de combater o isolamento do preso com o mundo exterior, é imprescindível que ela seja transmitida de uma forma adequada e eficaz [...]”. Assim, ela vai “gerar mudanças não só no preso, mas também nos elementos envolvidos com o sistema, [...]”. Essas mudanças ajudarão no retorno ao convívio social, aspecto que necessariamente não pode ser invisibilizado pelo sistema prisional.

Perante a difícil realidade enfrentada no sistema carcerário brasileiro, a biblioteca pode atuar para minimizar os efeitos desta situação. Trindade (2009, p.48) diz que elas devem ser vistas “não apenas como serviço de distribuição de livros e de Conselhos, mas tornando-se locais de cultura e de apoio à formação. [...]”. Assim, ela atuará como um instrumento pedagógico, favorecendo a reinserção desses indivíduos ao convívio social.

Instrumento instituído para favorecer a dignidade do ser humano dentro do sistema prisional, essas bibliotecas visam contribuir com a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Entretanto, elas acabam sofrendo descrédito perante uma parte da sociedade quanto a sua eficácia. Conforme Moura (2016) esse descrédito é fruto do alto índice de reincidência existente no sistema prisional brasileiro. O Autor aponta que:

Sob o aspecto da biblioteca prisional, nota-se que grande parte da sociedade acaba desacreditando da ressocialização dos presos – sendo a biblioteca um instrumento de ressocialização acaba sendo desacreditado do mesmo modo, devido, principalmente, as informações constantes da taxa de reincidência no Brasil, [...] (MOURA, 2011, p. 26)

O que precisa ser questionado é como são constituídas as bibliotecas nesses espaços, visto que na maioria das vezes ela existe somente no papel, sendo relegada a uma sala com livros e nenhuma ação é realizada em prol da ressocialização dos

indivíduos. Muitos voltam ao convívio social sem ter participado de nenhuma ação promovida pela “biblioteca”. À vista disso a biblioteca não consegue desenvolver sua função social de forma plena, promovendo ações que contribuam para uma reinserção social efetiva dos indivíduos que se encontram nos diversos estabelecimentos penais brasileiros.

3.1 O encarceramento feminino no Brasil

Mata-se parte do tempo de um dia e no seguinte ele volta inteiro.

Kiko Goifman,

O encarceramento feminino ocorre há muito tempo no Brasil e o sofrimento imposto às encarceradas acompanha toda essa trajetória. No início não havia celas destinadas para mulheres que eram colocadas em espaço conjunto, sendo que homens e mulheres ocupavam o mesmo local. Frequentemente resultava em abusos sexuais sofridos dentro das celas, como descrito por Salla (1997, p. 295) as celas eram compartilhadas por todos os tipos de presos, inclusive mulheres e crianças. Nesse ambiente “misturavam condenados e aqueles que aguardavam julgamentos; condenados à prisão simples, permaneciam junto com os que cumpriam pena de prisão com trabalho; galés, dementes homens, mulheres, crianças conviviam no mesmo espaço”. Tal fato revela o descaso que a população carcerária feminina enfrenta ao longo do tempo.

A invisibilidade da condição das mulheres encarceradas perdurou por muito tempo, nada era relatado e a situação continuava imutável. Segundo Andrade, (2011, p.17) o cenário das mulheres em situação prisional só veio a ter uma maior visibilidade a partir do século XIX, onde relatos esparsos e alguns relatórios de diferentes períodos mostravam a situação das encarceradas nas prisões e casas de correções brasileiras.

Contudo, apesar de estar em pauta desde o século XIX, somente na década de 1940 é que foram criados os primeiros estabelecimentos prisionais para as mulheres. Andrade (2011, p. 20) afirma “que tinha como objetivo principal conseguir solução condigna para o problema das criminosas, de preferência propiciar a instalação de uma prisão especializada para mulheres. [...]”. Observamos então, que as mulheres foram negligenciadas por muito tempo em relação a sua condição de encarceramento, mostrando que o Brasil ao contrário de muitos países, pensou muito tardiamente na situação das mulheres presas.

Quando surgiram as primeiras penitenciárias femininas no Brasil a responsabilidade de administrar essas instituições ficou a cargo de freiras, como relata Soares; Ilgenfrit:

Nasce, em 9 de novembro de 1942, criada pelo decreto nº 3971, de 02/10/1941, a primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal. Construída especialmente para tal fim, em Bangu, bem distante dos presídios para homens, a prisão feminina esteve sob administração interna e pedagógica das freiras, que se incumbiam da educação, disciplina, trabalho, higiene e economia, ficando a cargo da Penitenciária Central do Distrito Federal (PCDF) os serviços de guarda, transporte, alimentação, roupa de cama e lavanderia, assistência médica, farmacêutica e funerária. (SOARES; ILGENFRIT, 2002, p. 58)

Diante desse cenário observa-se que o aparecimento das prisões femininas, não resultou em uma mudança social significativa na vida das mulheres aprisionadas, haja visto, que os lugares destinados a elas não favoreciam essa mudança, era basicamente a delimitação do espaço destinado para homens e mulheres, ou seja, a intenção era meramente a separação entre ambos e não possibilitar o mínimo de dignidade.

Uma diferença ocorrida ao longo do tempo é que quando foram criadas as instituições prisionais elas abrigavam uma quantidade mínima de mulheres. Atualmente a população carcerária feminina aumenta significativamente a cada ano, fazendo com que os espaços que antes eram vazios fiquem superlotados, muitas vezes com o dobro da capacidade permitida. Vale salientar que apesar da situação das mulheres na prisão estar sendo discutida há aproximadamente três séculos, a construção de espaços reservados a elas são poucos, na grande maioria apenas uma penitenciária feminina por estado da federação.

As políticas voltadas especificamente para as presas são mínimas, fato constatado na própria Lei de Execução Penal. Nessa lei se observa que poucas ações são voltadas para as presas, sendo citadas apenas no artigo 19, que trata da assistência educacional onde destaca-se o seguinte: “O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico”, e o Parágrafo único acrescenta: “A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição”. (BRASIL, 1984).

No último levantamento de presos efetuado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) no ano de 2016, foi retratada nos bancos de dados oficiais governamentais, a deficiência de informação e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade. Desta forma inferimos que a negligência em relação às penitenciárias femininas e conseqüentemente ao seu público, não deixou de existir, ou seja, continua sendo praticada atualmente. As prisões femininas brasileiras não dispõem de políticas voltadas exclusivamente para o gênero e não é levado em consideração as

especificidades inerentes as mulheres, é como se as necessidades de ambos (homens e mulheres) fossem uniformes.

Enquanto isso, o número de mulheres que cometem crimes e adentram ao sistema prisional cresce vertiginosamente, sem que essa realidade seja percebida de forma a gerar meios de freá-la. Seria inverídico afirmar que não há nenhuma política voltada para a população carcerária feminina no Brasil, mas, ainda são minimamente institucionalizadas, é o caso da proteção à maternidade e ao cuidado com os filhos pequenos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou no último levantamento realizado em 2016, que a população carcerária feminina cresceu em todo Brasil. O contingente que era de 37.380 internas passou para 42.355, constatando que entre 2014 e 2016, quase cinco mil mulheres adentraram ao sistema carcerário brasileiro². São dados que revelam a necessidade de medidas urgentes no combate à criminalidade feminina, mas, é preciso que essa questão seja efetivada, para que seja possível desenvolver políticas eficazes para combater essa situação.

Ao analisar a questão da criminalidade feminina, empiricamente se observa que ao longo do tempo ocorreram modificações no processo de criminalização feminino, antes os crimes cometidos eram abortos, infanticídios e prostituição. Na atualidade, crimes denominados “masculinos” são os que figuram com maior incidência, a exemplo, cita-se o tráfico de drogas, fato este revelado no último levantamento do CNJ. (BRASIL, 2016). No entanto, mesmo ocorrendo essas mudanças, assim como, o aumento exponencial do número de mulheres presas essa realidade continua a não produzir no poder público um olhar diferenciado para esses indivíduos.

A participação da mulher em atos delinquentes sempre foi considerada pequena quando comparada aos atos cometidos pelos homens. Essa situação ainda persiste, só que com um agravante, os índices têm demonstrado que o número de mulheres presas cresce acentuadamente, exigindo que a situação seja examinada para além das disparidades no tocante ao número de indivíduos presos. É necessário que se atente para os fatores que estão contribuindo para a maior participação das mulheres ao crime. Lemgruber, (1999, p.6) infere que esse crescimento pode ser influenciado pela diminuição das disparidades

² Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (infopen) atualizado em 2016/ organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa [et al]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017, 65p. Objetivando diagnosticar a realidade prisional brasileira.

sócio-econômico-estruturais entre os sexos, e assim, “há um aumento recíproco da criminalidade feminina. [...]”. A presença atuante da mulher na sociedade, diferentemente do que ocorria nas gerações passadas, contribui para crescimento dos atos infracionais cometidos pelas mulheres.

As mulheres infratoras sofrem, tanto com a negação por parte do poder público, de uma estrutura voltada para as suas necessidades, assim como, pela crítica muitas mais apurada por parte da sociedade, que enxerga essas mulheres como indivíduos que fogem ao padrão considerado feminino. Tal padrão foi instituído na sociedade e permaneceu regimentando os atos e características inerentes às mulheres em que cometer crimes está em desacordo com atitudes peculiar do sexo feminino.

Os problemas enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, atinge a todos os indivíduos que os compõem, sejam homens ou mulheres. Porém, o sexo feminino precisa se adequar a um sistema que não é específico para elas, tornando essa situação ainda mais complexa e difícil de ser enfrentada pelas internas.

3.2 Considerações sobre o sistema prisional: origem e contexto brasileiro

O termo prisão tem sua origem do latim, *prensiones*, como definido no dicionário Houaiss (2009), significa o ato de prender, de deter, de capturar o indivíduo, como o local onde fica retido ou preso, como costumeiramente é usado. As instituições prisionais nos moldes que conhecemos têm um longo percurso, por volta do século XVI os presos eram recolhidos para Câmaras Municipais e lá permaneciam separados apenas por grades ficando expostos aos olhos da sociedade.

No século XIX as cadeias públicas como eram denominadas, continuavam coexistindo junto das Câmaras Municipais. Esse espaço possuía divisões por celas e muitas vezes chegavam a ser utilizadas o mesmo compartimento para ambos os sexos. Um fato importante a ser destacado nessa história é que as prisões no Brasil tiveram início ligado à igreja. Assim sendo, cometer um delito era relacionado a cometer um pecado, os chamados hereges que atentavam contra os preceitos da igreja, sendo a estes impostos castigos severos.

O significado da palavra penitenciária traz em sua concepção essa ligação estrita com os preceitos religiosos, originando-se do termo penitencia que, no cristianismo como descreveu Muakad (1984) significa:

Volta sobre si mesmo', com o espírito de compulsão, para reconhecer os próprios pecados (ou delitos), abominá-los, e propor-se a não tornar a reincidir. É a própria pena exercendo a função de emenda, eis que pena e penitência são palavras da mesma família, em cujo sentido se encontra a ideia de aflição, dor, desgosto, arrependimento[...] (MUKAD, 1984, p. 16)

Portanto, explicitando para qual função as prisões foram concebidas, instituições inicialmente criadas para causar sofrimento. Essa seria a principal forma de arrependimento perante os delitos cometidos, a forma de pagar pela transgressão praticada.

Narrativas descrevem que no Brasil as primeiras penas a serem impostas foram as denominadas corporais, para em seguida surgir as privativas de liberdade equivalente à atual, conforme relata Gonzaga:

As penas corporais foram comumente empregadas embora, não se tenha notícias de métodos torturantes. A pena de morte era executada com o uso de tacape, recorrendo-se também a venenos, sepultamento de pessoas vivas, especialmente crianças, e enforcamento. Menciona ainda como forma de execução capital, o enforcamento. A pena de açoites é também referida, mas a privação de liberdade existia como forma de prisão semelhante à atual, "prisão processual", destinando-se a detenção de inimigos, em seguida à captura, ou como recolhimento que antecipava a execução da morte. (GONZAGA, 1970, p. 171).

A história da prisão no contexto brasileiro seguiu os moldes do ocorrido no restante dos países. Com diversas práticas punitivas, tendo grande influência da igreja, principalmente durante a idade média, que vigorava a punição do corpo, conforme ressaltou Foucault, (1999), experiência punitiva que foi vivenciada pelas diversas sociedades.

Com a colonização do Brasil por Portugal, o país ficou sujeito às leis que regiam o reino português. Nesse período destaca-se as Ordenações do Reino³, que influenciaram significativamente a formulação de leis penais no Brasil, posto o Estado deveria seguir os preceitos do reino. A dependência brasileira em relação à lei portuguesa modificou-se com a independência do Brasil. O que aconteceu no Brasil após esse período, foram diversas transformações políticas e sociais. A Proclamação da República contribuiu de forma significativa para essas mudanças, principalmente no tocante a construção de uma sociedade mais igualitária. Quanto ao ordenamento jurídico brasileiro destaca-se a

³ As Ordenações do Reino: Afonsinas (1446-1505); Manuelinas (1505-1603); e Filipinas (1603-1830), segundo Zaffaroni e Pierangeli (1999), representavam a exaltação do sentimento de nação e independência de Portugal, que a partir delas, constituíram uma legislação genuinamente portuguesa. No Brasil, as Ordenações Filipinas, da parte criminal, vigoraram por mais de dois séculos, cuja sua vigência encerrou somente com o aparecimento do Código Criminal do Império em 1830.

publicação do Código Penal (Decreto Lei 2.848/ 1940), sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas, reformulado em 1977, com o intuito de reparar a superlotação carcerária, resultando na Lei nº 6.16/ 1977.

Diante deste contexto, surge a necessidade de reformulação das Leis penais, visando a humanização da população carcerária, com o discurso da ressocialização no âmbito penal brasileiro. Pinto (2006, p.110) explicita que foi adotado “[...] do pensamento crítico europeu, buscando através das penas alternativas e das medidas de segurança um novo caminho de recuperação e tratamento dos condenados”. Observa-se que a questão da superlotação dos espaços destinados ao cárcere e a busca pela ressocialização dos encarcerados no Brasil é uma questão que tem sido debatida ao longo do tempo e vem suscitando reformulações no Código Penal brasileiro, como por exemplo, a elaboração do programa para a execução penal.

Em 1984 foi instituída no Brasil a Lei de Execução Penal (LEP) ou Lei 7.210, que expressa no Art. 1º o seu objetivo definido como:

Efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado, percebe-se a preocupação em integrar socialmente os indivíduos, buscar uma instabilidade e vislumbrar a volta do apenado à sociedade. No Art. 10 da mesma encontra-se definido que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, sendo assim no parágrafo seguinte é disposto as assistências que devem ser garantidas aos que se encontram nessa situação, que abrange desde a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. (BRASIL, 1984).

O sistema prisional historicamente idealizado para punir e castigar passa a vislumbrar outro contexto, a possibilidade de recuperar os indivíduos. O alto grau de reincidência é um fator que pode ser considerado determinante para essa mudança, revelando a ineficácia das prisões. Corroborando essa ideia, Foucault (1999) em sua obra “Vigiar e punir” afirma: “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCAULT, 1999, p. 208). Diante de um instrumento que há tempos tem se mostrado inócuo, tornou-se necessário a inserção de medidas que possam contribuir para a mudança desta realidade.

Atualmente, esse sistema é constituído de diversos estabelecimentos prisionais, onde se encontra a população carcerária. Conforme revelado por Santiago (2009, p. 56) “Na prática, a população carcerária do Brasil está distribuída em vários estabelecimentos, incluindo penitenciárias, presídios, cadeias públicas, cadeiões, casas de detenção e distritos ou delegacias policiais. [...]”. Na maioria das vezes esses estabelecimentos não

oferecem condições mínimas para abrigar os indivíduos em situação de privação de liberdade, descumprindo assim o que estabelece a Lei de Execução Penal, que assegura a população carcerária as garantias fundamentais para sua sobrevivência.

Entende-se, portanto, que os diversos tipos de instalações destinadas a abrigar quem infringe as leis, são espaços de reprodução de desigualdades. Os direitos não são respeitados e onde homens e mulheres estão sujeitos as mesmas condições prisionais, não havendo um respeito às especificidades que os caracterizam, quer seja fisicamente, psicologicamente ou biologicamente, classificando-os como indivíduos com necessidades idênticas.

Frente a esta dura realidade do cárcere fomentar iniciativas que modifiquem o cenário existente, é uma alternativa que ultimamente vem sendo debatida com frequência e implementada, a leitura nestes locais tem se tornado um instrumento viável para modificação desses ambientes.

4 LEITURA NA PRISÃO

Onde quer que haja mulheres e
homens, há sempre o que
fazer, há sempre o que ensinar,
há sempre o que aprender.

Paulo Freire

Há muito se discute o poder de transformação atribuído à leitura, seja para o desenvolvimento pessoal ou profissional de qualquer indivíduo. No sistema prisional brasileiro diante da necessidade de garantir os direitos assegurados à comunidade carcerária, bem como, viabilizar a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade vem se constituindo paulatinamente nesses espaços através da prática da educação e leitura.

O acesso à educação está previsto na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal como garantias asseguradas a todos os indivíduos que se encontram em privação de liberdade. Contudo, não é aplicado em todos os estabelecimentos prisionais do Brasil. Portanto, para que seja cumprida efetivamente o que determina a lei, é necessário que os Estados

desenvolvam políticas e práticas consolidadas para a sua efetiva execução, visando a humanização no trato com a comunidade carcerária. Conforme discorre Julião:

[...] nos últimos anos, vários são os encaminhamentos legais que vem sendo discutidos e implementados para a consolidação de uma política nacional que garanta o direito à educação, previsto na Lei de Execuções Penais. [...]. Direitos que visam a humanizar o tratamento dispensado a comunidade carcerária. (JULIÃO, 2014, p.112).

Portanto, ao promover o acesso à educação e a leitura no sistema prisional não significa privilegiar os detentos, mas efetivar as garantias já asseguradas por lei. Destarte, proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos reclusos do sistema prisional brasileiro é um desafio, além de depender do poder público, enfrenta críticas da sociedade por considerar estes indivíduos não merecedores de “privilégios”. Como ressalta Julião (2014, p.121)

Muitas questões estão envolvidas quando se trabalha no terreno de políticas para sujeitos privados da liberdade. Uma das mais sérias diz respeito ao imaginário social para o qual não basta o cumprimento da pena, cabendo-lhe sempre o dedo acusatório sobre qualquer política, como expressão do que considera privilégio.

São questões como essas que por vezes contribuem para que projetos sejam implementados como assistencialismo e não como políticas públicas governamentais criadas pelo Estado para cumprir o que já está assegurado em lei.

Promover o acesso à leitura em estabelecimentos prisionais significa contribuir para que essas pessoas não percam o contato com o mundo exterior e o isolamento seja amenizado. Para Jonh, (2014, p. 199) “O ato de ler passa, então, a desempenhar papel fundamental na formação da identidade do sujeito recluso, no seu desenvolvimento pessoal, na sua autoeducação”. Tal fato, resultaria na tomada de consciência do indivíduo diante da situação enfrentada, levando-o a refletir sobre seus atos.

Garantir a preservação dos direitos humanos presentes na Constituição Federal Brasileira é um desafio e acima de tudo uma missão que precisa ser enfrentada pelo poder público. Diante desta necessidade buscam-se alternativas viáveis que possam efetivar os direitos inerentes à população carcerária.

O direito à educação e o desenvolvimento de ações de leitura ainda depende de cada instituição e sua efetivação não é significativa nos estabelecimentos prisionais brasileiros. Conforme revela Santiago.

Na atualidade, este direito à educação, no caso brasileiro, não vem sendo garantido aos presos, seja porque não se encontram em estabelecimentos prisionais com estrutura mínima para atendimento às suas necessidades, seja

porque não existam serviços educacionais compatíveis com a escolaridade do detento (SANTIAGO, 2009, p.67).

Fica evidenciado que não basta criar leis que favorecem a população carcerária se as mesmas não forem implantadas.

O debate em torno das garantias de educação asseguradas aos detentos não é recente, Foucault (1987, p. 224), já destacou que, “a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”. Se as condições forem oferecidas a leitura pode contribuir de forma concreta para o retorno do indivíduo a sociedade, consciente dos seus atos e apto ao convívio social, além disso, o Estado estará cumprindo o que determina a lei.

4.1 Remição pelo Estudo

O direito à educação versa de uma previsão legal constituída pela Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴ e legitimado pelo Brasil. Na Constituição Federal de 1988⁵, o direito a educação vigora entre os direitos sociais, já na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84) consta que é dever da administração pública garantir o acesso à educação de todos os cidadãos, isso inclui os privados de liberdade.

A Remição pelo estudo está prevista na LEP (Lei n.7.210/84), que institui ser possível reduzir o tempo de permanência do preso na prisão por via do estudo. O abatimento do tempo a ser cumprido ocorre da seguinte forma: a cada doze horas de estudo regular será remido um dia da pena. O ensino regular significa que é preciso frequentar regularmente estabelecimento de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, ou até mesmo em curso de qualificação, sendo no mínimo três dias por semana o que resulta em doze horas semanais (MARCÃO, 2011, p. 52).

⁴ Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

⁵ Art. 205- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205, CF/88).

Podem participar do projeto os indivíduos já condenados e os presos provisórios, sendo que para a segunda opção a remição somente é contabilizada após a condenação. Ao possibilitar ações como essa o sistema prisional visa minimizar o caos enfrentado pelos estabelecimentos prisionais e facilitar a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade mediante o acesso à educação. Mirabette, (1999, p.72) defende que “A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um só elemento do tratamento penitenciário como meio para a reinserção social [...]”. Nesse sentido, o sistema prisional deve oferecer as condições básicas para o acesso à educação dos presos.

Contudo, dados do Ministério da Justiça obtidos no último levantamento penitenciário realizado em 2016 (INFOPEN)⁶, retrata uma realidade preocupante, somente 12% de 726 mil presos que estão sob o regime privativo de liberdade participam de atividades educacionais, dados que revelam que as ações educacionais não são efetivas nas unidades prisionais brasileiras.

4.1.1 Remissão pela leitura

A portaria Conjunta JF/DEPEN N°. 276/2012 foi criada para disciplinar, nas penitenciárias federais, o projeto de remição pela leitura, fazendo com que a partir de então o projeto passe a ser regulamentado. Um ano depois o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a recomendação nº 44, que alude às atividades educacionais e complementares via o estudo para definir critérios para a remição pela leitura. Apesar disso, o projeto não é aplicado em todos os estados, ficando restrito a alguns estabelecimentos prisionais.

A remição pela leitura está fundamentada no direito à educação, o projeto tem por objetivo valorizar o aprendizado pessoal. Apresenta-se da seguinte forma: internas e internos alfabetizados produzem um resumo ou uma resenha de um livro que foi selecionado para fazer parte do projeto. A opção de resumo é para internas (os) que

⁶ O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

possuem até o ensino fundamental e a resenha para os que possuem ensino médio ou superior.

O encarcerado só pode ler um livro por mês e produzir dependendo do grau de instrução o resumo ou a resenha da obra escolhida. O prazo para a entrega varia de 21 a 30 dias. Ao cumprir essa etapa, o trabalho é avaliado por uma comissão, no caso do Estado do Ceará, essa comissão é formada por membros da Secretaria de Educação do Estado (Seduc) e da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), que atribuem nota ao trabalho apresentado. Para ter o direito de remir sua pena a nota precisa ser igual ou superior a seis e para cada livro resumido ou resenhado que tenha atingido a nota supracitada é remido quatro dias da pena do mesmo.

Deste modo, em um ano é possível reduzir de sua pena um total de quarenta e oito dias, esse é o quantitativo máximo que pode ser obtido por eles caso atinjam o critério da nota estabelecida e produza um trabalho a cada mês.

As ações de remições de penas podem ocorrer concomitantemente entre si, desde que os encarcerados cumpram as determinações exigidas para a obtenção da diminuição da pena, podendo o indivíduo participar de uma ou mais ação promovida pelo estabelecimento prisional. Ressalta-se que o encarcerado não é obrigado a participar dos projetos, sua participação depende do seu interesse pessoal.

Diante do baixo número de internos (as) que participam de projetos educacionais nos estabelecimentos prisionais, entende-se que seja preciso desenvolver ações de incentivo a essa prática, bem como, reavaliar constantemente a forma como a leitura está sendo desenvolvidas no cárcere.

4.2 O bibliotecário e sua atuação em biblioteca prisional

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

Paulo Freire

O bibliotecário com seu conhecimento especializado tem um papel essencial em qualquer tipo de biblioteca, na prisional, mesmo com suas especificidades que não deve ser ignorada a atuação deste profissional não pode ser descartada. No Brasil, a existência de bibliotecários atuando no sistema prisional é uma prática quase inexistente, quando

ocorre se efetiva como serviços voluntários, então, poucos profissionais da área se dispõem a enfrentar a realidade do cenário das prisões. Segundo John (2004), isso pode ser explicado pelo fato que no Brasil a discussão relacionada à temática ainda gira em torno da disponibilização de materiais de leitura para detentos e não na atuação deste profissional no espaço carcerário, diferentemente do que ocorre em outros países.

A lei de Execução Penal 7.210/84, ao estabelecer a implantação de bibliotecas nos estabelecimentos prisionais, não menciona a necessidade da inserção do bibliotecário como profissional habilitado para gerir as ações neste ambiente. Essa postura contribui para uma prática quase inexistente desse profissional nas bibliotecas prisionais brasileiras. Trindade (2009, p.51) assevera que “Na maioria dos países, assim como no Brasil, não existem normas reguladoras para o Serviço bibliotecário nas prisões, [...]”. Ainda sobre a não atuação dos bibliotecários em ambientes prisionais Santa Anna; Zanetti; Nascimento (2015, p.78) destacam que “No Brasil, o serviço bibliotecário no sistema prisional ainda não é uma realidade. [...]”. Deste modo, a função de cuidar da biblioteca é exercida por pessoas não habilitadas para a função.

A alta taxa de analfabetismo é uma realidade dentro do sistema carcerário brasileiro, condição esta que poderia ser amenizada pela atuação efetiva de um bibliotecário nestes espaços. Sua atuação poderia contribuir para além das suas capacidades técnicas e provendo as condições necessárias para o incentivo à leitura. Nesse sentido, Santa Anna; Zanetti; Nascimento ao descreverem sobre a prática educadora do bibliotecário no sistema prisional, destacam que

O bibliotecário como educador, no âmbito das bibliotecas prisionais, favorece o incentivo à leitura, podendo despertar no apenado uma nova consciência da realidade. Sendo assim, motivar a prática da leitura é um fazer biblioteconômico de fundamental importância, uma vez que a leitura pode representar uma atividade prazerosa e poderosa [...] (SANTA ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p.80)

A prática educadora contribuirá para o incentivo à leitura e despertará para as diversas viabilidades que ela produz auxiliando no desenvolvimento pessoal e social, subsidiando-os para a obtenção de conhecimentos sobre seus direitos e deveres ou mesmo servido como refúgio da realidade enfrentada cotidianamente.

Atuar na biblioteca prisional não é uma tarefa fácil, por se tratar de uma comunidade composta por indivíduos diversificados, seja por faixa etária, nível escolar, classe social e etc. Sem contar as especificidades relacionada a seleção do acervo, pois nem todo material é permitido ou na disposição dos moveis, pois não poderá ser

executado na forma convencional formando fileiras, isso porque que as regras do cárcere precisam ser respeitadas. Lindemann (2016, p. 42) afirma que

[...] as obras e a leitura, deve seguir a técnica da biblioteconomia e colocar em prática tudo que nos foi e é ensinado em sala de aula, porém a biblioteca enquanto ferramenta social destinada ao apenado, não tem como seguir sozinha sem estar respaldada pelo respeito às regras do cárcere e principalmente respeito a cultura do preso.

O bibliotecário precisará aliar os conhecimentos adquiridos na sua formação em detrimento as regras do sistema prisional a fim de desenvolver suas atividades de forma efetiva. Conforme Trindade, (2009, p.51) para desempenhar seu papel efetivamente na biblioteca prisional o bibliotecário também necessitará dispor de alguns predicados como: “grandes doses de paciência, imparcialidade, tolerância, equilíbrio emocional e, até mesmo, humor”. Vale considerar também características como ousadia e disposição mediante a difícil realidade das penitenciárias brasileiras.

É importante destacar que em momento algum se pode inferir a leitura, a educação ou ao papel do bibliotecário a função indubitável de “redentores” de toda a população carcerária. É preciso considerar a disponibilidade dos indivíduos, assim como as condições de atuação oferecidas pelo sistema carcerário para desenvolver um trabalho que favoreça o desenvolvimento social. Porém, ressalta-se que ações concomitantes que englobem a educação, a leitura e o bibliotecário podem contribuir para elevar os índices de ressocialização desses indivíduos e desta feita favorecer a construção de uma sociedade mais ordeira.

5 DETALHANDO O LÓCUS DA PESQUISA E O ESTUDO EMPÍRICO

O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF) foi inaugurado no ano de 1974, no antigo prédio da Congregação do Bom Pastor no centro de Fortaleza. Em outubro de 2000, foi inaugurado o novo e atual Instituto Penal Feminino com capacidade inicial de abrigar 134 internas, em 2005 houve a ampliação dessa capacidade para 380 internas.

O IPF localiza-se na Br. 116, Km 27 em Aquiraz-Ceará e segundo dados da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus) no ano de 2016 a referida penitenciária estava com um total de 668 internas, desta forma totalizando um excedente de 78,6% em relação a sua capacidade ideal, realidade que não é exclusividade do Estado do Ceará, mas um cenário vivenciado em outros estados brasileiros.

Os boletins de 2017 disponibilizados no *sítio* da (Sejus) sobre a situação carcerária do Ceará, revela um aumento no contingente de mulheres encarceradas mês a mês⁷. Em setembro havia um contingente de 852 internas em outubro eram 878 e em novembro esse número atingiu um patamar de 919 internas, apontando que o número de mulheres encarceradas continua a crescer (SEJUS, Boletins, 2017).

Esse Instituto Penal é o único presídio feminino no Estado do Ceará e leva o nome da primeira juíza cearense a exercer o cargo de desembargadora no Estado. Por ser o único do Estado, concentra em suas dependências internas pertencentes as diversas facções rivais, o que exige uma atenção redobrada, visto que elas não podem ocupar o mesmo espaço de convivência.

Em 2009 foi inaugurada a biblioteca Marieta Cals no interior do (IPF), com acervo inicial de dois mil títulos, sendo mil deles doados pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (Sejus) e a outra metade doada por empresas e entidades da sociedade civil. O acervo é composto por romances, contos, poesia, quadrinhos, direito, enciclopédias, catálogos fotográficos e clássicos.

No intuito de dinamizar e diversificar o acervo, a (Sejus) realiza campanhas de doações, em que qualquer pessoa que tenha interesse pode doar, as doações recebidas passam por uma triagem para então ser incorporado ao acervo. O (IPF) foi pioneiro em implantar uma biblioteca carcerária no Ceará, particularmente na capital, prática que está sendo adotada paulatinamente em outras unidades prisionais do Estado.

A biblioteca ocupa o espaço de uma cela, não sendo possível que as internas tenham acesso ao local, a luminosidade é baixa, não existe sistema de gerenciamento de acervo, sendo os empréstimos registrados através do caderno e a responsabilidade pelo local fica a cargo de uma interna.

5.1 Preparando o caminho para realização da vivência

Pelo fato de ter-se decidido pelo uso da Pesquisa Sociopoética era necessário tomar alguns cuidados anteriores à efetivação do estudo empírico. Em realidade, o ambiente da pesquisa exigia uma preparação anterior a coleta em si, não se trata de um espaço comum, no cárcere tudo muda de repente, é um cenário de incertezas. Então, antes

⁷ Todo mês a Secretaria da Justiça do Ceará disponibiliza um boletim com o total da população carcerária cearense. Disponível em: < <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/70>>. Acesso em 05 dez. 2017.

de se solicitar uma primeira autorização considerou-se pertinente efetuar uma visita técnica, o que possibilitaria um reconhecimento prévio do local e das copesquisadoras, a fim de obter subsídios para a realização da vivência.

Esse primeiro contato tornou possível conhecer a biblioteca, o projeto de leitura, saber aproximadamente quantas internas participam, como é realizada a atividade de remição pela leitura e definir a quantidade de copesquisadoras que seriam selecionadas. Assim, ficou definido que seriam entre 10 e 15 internas. Vale salientar, que não há um número fixo de internas que participam do projeto de leitura, em um mês podem ser 60 em outro somente 40 e assim sucessivamente. Considerou-se esse primeiro contato fundamental para a próxima etapa a ser realizada; quer dizer, a vivência para obtenção dos dados basilares da pesquisa.

Próximos passos, autorização para a coleta de dados, definição das atividades a serem realizadas e agendamento para a realização da vivência. Chegou o dia da coleta, o local destinado para a realização da atividade foi um espaço onde acontecem as oficinas de artesanato. A coleta iniciou às 9h:10min. Organizou-se as cadeiras em formato de um círculo e iniciou-se ‘fazendo uma apresentação pessoal às copesquisadoras. Em seguida convidou-se as participantes a fazer um momento de relaxamento. Essa vivência foi tensa, pois, elas estavam muito agitadas, mesmo assim, conseguiu-se fazer com que elas participassem. Colocou-se uma música instrumental e teve início a vivência. Esse momento durou aproximadamente nove minutos. Eram treze copesquisadoras, mas, assim que terminou o relaxamento uma delas pediu para se retirar e continuou-se o restante da vivência com as doze que quiseram participar.

O próximo passo foi apresentar o quadro-3 adaptada para o IPF com os lugares da natureza (Geomíticos) e explicar como se dariam as duas atividades que haviam sido programadas. Estava previsto para que as duas oficinas ocorressem por meio de desenhos, mas elas relutaram em desenhar e houve uma negociação entre pesquisador e copesquisadoras e explicou-se que na oficina elas deveriam “escolher o lugar”. Os dados foram obtidos através da oralidade. A segunda etapa tinha como finalidade “perceber a biblioteca prisional e a leitura no IPF” e seria realizada por meio da escrita ou desenhos. O encerramento da vivencia ocorreu às 12h:05min.

6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos por meio da vivência Sociopoética e das observações efetuadas no local de pesquisa. Deste modo, estruturou-se a análise e a interpretação dos dados retomando o objeto de estudo, com a finalidade de elucidar a problemática proposta que é **de que modo a biblioteca prisional do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa efetiva suas ações de leitura de modo a favorecer a reinserção social das internas?** Para isso, foram definidas as seguintes categorias de análise: **projetos e ações de leitura no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa e a atuação da biblioteca prisional no cenário carcerário feminino.**

Os dados foram obtidos como já citado na metodologia por meio da realização de uma vivência Sociopoética, adotando-se duas atividades denominadas: “escolha o lugar” e “percebendo a biblioteca e a leitura no IPF”. Para identificar os sujeitos da pesquisa optou-se pelo termo copesquisadora seguido de uma numeração que compreende o quantitativo dos sujeitos participantes da pesquisa.

a) **Projetos e ações de leitura no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa**

A inserção dessa categoria ocorreu mediante a necessidade de responder ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que visa identificar a existência de projetos de leitura no lócus pesquisado, permitindo, portanto, apresentar os elementos que consubstanciaram a elucidação da questão.

Pelo estudo empírico e leitura de fontes documentais divulgadas no *sítio* da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus), constatou-se que em 2014 foi criado o projeto de leitura “livro aberto”, com o objetivo de incentivar a leitura nos presídios cearense e favorecer a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade. O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF) foi uma das unidades prisionais pioneira na implementação desse projeto, no Estado. Tal projeto funciona como uma biblioteca móvel, onde um carrinho de livros é conduzido por uma interna, responsável pela biblioteca, que passa pelas alas das “vivências” realizando a distribuição dos exemplares para as internas.

O projeto “livro aberto” visa atingir principalmente as internas que já foram julgadas e que não participam da remição pela educação, ou seja, aquelas que não estão inseridas na educação formal oferecida no estabelecimento penal. Aproximadamente 70% das vagas do respectivo projeto são preferencialmente destinadas para as internas que não

estudam na prisão⁸. Contudo, isso não inviabiliza que aquelas internas ainda não julgadas ou que frequente a escola da prisão participe do projeto de leitura.

Verificou-se que o projeto “livro aberto” foi implementado a partir da aprovação da lei 15.718/14, com o intuito de apoiar a remição pela leitura no IPF. Mas, vale salientar, que não é preciso participar do programa de remição⁹, para ter acesso aos livros do projeto “livro aberto”, os mesmos podem ser utilizados por qualquer interna dentro da unidade.

Seguindo o objetivo de pesquisar como se efetiva a construção das ações de leituras na biblioteca do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa observou-se que elas são desenvolvidas pelo referido projeto no Instituto Penal Feminino e são amplamente voltadas para a remição da pena, não havendo, portanto, atividades que favoreça a formação do leitor ou que incentive plenamente a leitura recreativa. Isso abre uma discussão abordada por Julião e Paiva (2014, p.121) que ressaltam a importância da existência de qualquer projeto de leitura nos estabelecimentos prisionais brasileiros. Entretanto, defendem “que os projetos possam se efetivar pelo mistério que a leitura pode operar nos sujeitos, e não como resultado de avaliações sobre o que foi compreendido das obras, cujo valor polissêmico não lhes permite um – e só um – único sentido”. Não se deve desmerecer projetos que visem promover o acesso à leitura a população carcerária, mas também é necessário entender sua real atuação junto aos indivíduos a que se destinam.

Ainda sobre a questão do projeto de leitura e sua atuação no IPF, solicitou-se as copesquisadoras que identificassem por meio da vivência “Escolha o lugar”, onde cada uma se encontrava em relação aos projetos de leitura desenvolvidos no local. Cinco lugares foram apresentados: **ponte, gruta, poço, caminho e cume**, em conformidade com a tabela exposta na metodologia.

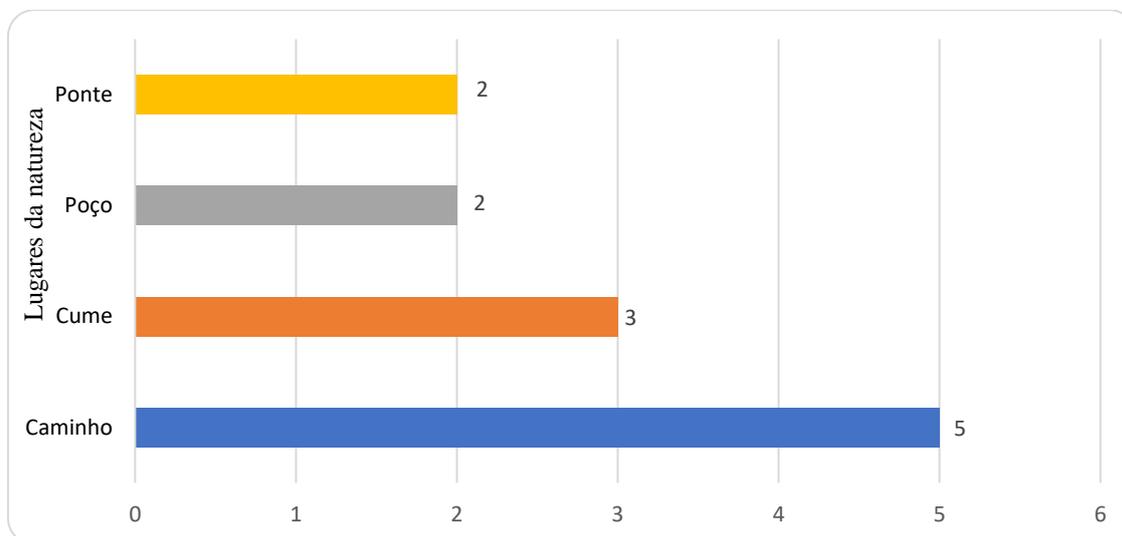
⁸ Informação obtida por meio da visita técnica realizada no local, em conversa informal com educador e agente penitenciária responsável pela ala da biblioteca.

⁹ A remição pela leitura consiste em oportunizar aos indivíduos encarcerados e alfabetizados o direito de remir mensalmente até quatro dias da sua pena por meio da leitura, para isso, é necessário elaborar um resumo ou resenha da respectiva obra lida. A elaboração do resumo deve ser destinada pelos indivíduos que possuem até o ensino fundamental, já a resenha deve ser elaborada por quem tem a partir do ensino médio. O critério para conseguir a remição é atingir uma nota igual ou superior a seis para ambas as atividades supracitadas. No Ceará a remição pela leitura foi aprovada em 2014 pela Assembleia Legislativa do Estado, resultando na lei estadual 15.718/14, que define as regras para a efetivação da remição pela leitura nos estabelecimentos prisionais do Estado. CEARÁ, Lei 15.718, de 26 de dezembro de 2015, DOE de 06.01.2015, que institui o projeto de remição pela leitura no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Ceará. Disponível em:

<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20150106/do20150106p01.pdf#page=1>. Acessado em: 20 de out. 2017.

Conforme os resultados obtidos constatou-se que a maioria, aproximadamente (42%) das copesquisadoras considera o “caminho” como sendo o lugar geomítico mais significativo. Como pode ser verificado no gráfico- 1.

Gráfico 1- Representação das copesquisadoras para a leitura e projetos de leitura no IPF



Fonte Dados da pesquisa (2017).

Infere-se que essa escolha pelo “caminho” seja reflexo da busca constante pela liberdade, pode representar a oportunidade de iniciar um novo percurso, mudar a trajetória de vida. Ele também possibilita vislumbrar um retorno, ou seja, a volta ao convívio social que se considera como o objetivo incessante de quem encontra-se encarcerado. Ratifica-se essa ideia com algumas justificativas das copesquisadoras para a escolha do “caminho” como lugar significativo para a leitura e projetos de leitura no IPF.

COPESQUISADORA 3 “Estou no **caminho**, ler é divertido, você se ocupa com a história, é isso que acho”.

COPESQUISADORA 4 “Eu estou no **caminho** pois acho que a leitura é uma chance de recomeço, é um caminho né não? A leitura ocupa a mente”.

COPESQUISADORA 5 “Eu também escolhi o **caminho**, como ela disse a leitura leva a liberdade, é um caminho”.

COPESQUISADORA 8 “Escolhi o **caminho** pois é um caminho para a liberdade, só isso”.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Perante uma realidade de incertezas suscitada pelo ambiente do cárcere, a presença de um caminho significa dispor de uma direção, é conseguir vislumbrar uma realidade diferente, como observa-se no desenho produzido na oficina “percebendo a biblioteca e a leitura no IPF” pela copesquisadora 4 e apresentada na figura-1.

Figura 1- Desenho apresentado pela copesquisadora 4.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Solicitado à copesquisadora 4 que explicasse seu desenho ela se expressa:

“Desenhei um poço e um caminho, é pra dizer que saí desse poço e estou no caminho, estou buscando uma oportunidade de recomeçar” (COPESQUISADORA 4)

Ao analisar subjetivamente o desenho, percebe-se que o “poço” retratado na imagem é a prisão, percepção que pode ser fortalecida ao verificar os peixes presos no interior do poço. O caminho acima do “poço” pode ser a viabilidade de sair desse lugar. A presença de uma casa próxima ao caminho pode ser relacionada a necessidade de um lugar seguro ao retornar a sociedade. O desenho como pode ser observado é colorido, revelando que mesmo diante das dificuldades ainda há alternativas para sair dessa situação, ou seja, é possível recomeçar, vislumbrar um lugar diferente do cinza das paredes da prisão.

A implementação de projetos de leitura para a população privada de liberdade é uma prática que propicia aos sujeitos libertar-se dos muros físicos e imaginários da prisão. O acesso aos livros permite ao sujeito manter um canal aberto entre o cárcere e a sociedade liberta para onde mais cedo ou mais tarde devem retornar. Na vivência realizada com as copesquisadoras foi possível observar que os projetos de leitura do (IPF), nutre a esperança das internas para um retorno a sociedade, conforme o que foi enunciado pela copesquisadora 8, “o projeto ajuda a chegar a liberdade”. Vejam-se a figura-2

Figura 2- Desenho apresentado pela copesquisadora 8.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A copesquisadora 8, igualmente a 4, justifica a escolha de seu desenho:

“Eu desenhei esse lugar, pois é onde eu quero chegar, a liberdade que eu sonho e tô buscando, um lugar melhor”.
(COPEQUISADORA 8).

O desenho revela um lugar totalmente diferente da prisão, mostrando que a copesquisadora mantém os laços com a sociedade liberta, que projeta uma realidade diferente da qual está inserida. No desenho também é possível verificar a presença de relevos, o que pode representar a dificuldade de reinserção social, os altos e baixos que serão enfrentados no retorno ao convívio social. É importante ressaltar que se o sistema carcerário não possibilitar uma reinserção efetiva, a chance desse sujeito retornar ao cárcere é eminente.

O espaço geomítico “cume” foi considerado o segundo lugar mais representativo indicado pelas copesquisadoras. Considera-se que esse espaço é representado pelo projeto de remição, sendo a oportunidade de chegar à liberdade. Mas, conforme a representação

simbólica o “cume” pode ser um lugar de difícil acesso, é preciso dispor de forças para subir, esse impulso para se chegar ao topo pode ser representado pela leitura. Essa interpretação respalda-se no que foi expressado pela copesquisadora 7 ao exemplificar a escolha do lugar: “eu digo que estou no cume, [...] e a leitura e o projeto ajudam a alcançar a liberdade mais rápido [...]”. Chegar ao “cume” significa vencer as limitações da leitura no cárcere para alcançar a liberdade.

Apresenta-se ainda, outras falas que ratificam a escolha do “cume”

COPESQUISADORA 1 “Eu digo que estou no **cume** porque a leitura ajuda a gente a chegar no cume [...]”

COPESQUISADORA 7 “Eu digo que estou no cume, eu quero sair daqui e a leitura e o projeto, ajuda a alcançar a liberdade mais rápido, um dia faz muita diferença imagina quatro”.

COPESQUISADORA 11 “Eu estou no cume, a leitura é uma oportunidade de futuro, de mudança e o projeto ajuda a chegar a liberdade”.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Como é possível verificar nas falas das copesquisadoras à leitura, assim como o projeto “livro aberto” são vistos como uma forma de alcançar a liberdade, a escolha do cume está diretamente ligada a essa contingência, visto que o cume no entendimento delas representa essa liberdade. É sair do cárcere e vislumbrar novas perspectivas ou mesmo tentar compreender dentro do espaço carcerário o momento vivido como foi ressaltado no texto a seguir pela copesquisadora 1: “a leitura para mim é uma viagem inesquecível, para onde a minha imaginação pode mim levar [...], os livros ajudam a entender melhor o sofrimento”.

O “poço” foi o espaço escolhido por duas copesquisadoras, essa escolha simbolicamente representa que há uma obscuridade, um abismo na forma como a leitura e o projeto são conduzidos. O “poço” pode representar o medo de cair novamente e retornar a prisão, fato que ocorre corriqueiramente no sistema prisional, sendo associado a falta de assistência necessária na reinserção social dos indivíduos encarcerados, como foi relatado pela copesquisadora 9 [...] “eu participo do projeto somente pela remição e mais nada, tudo que sei aprendi lá fora, aqui a gente sai por vontade própria não pelo

sistema”. Deste modo, pressupõe que a escuridão do “poço” pode representar a falta das condições necessárias para o retorno social.

Justifica-se ainda a escolha do “poço” por meio de outros enunciados escritos pelas participantes da pesquisa.

COPESQUISADORA 2 “Eu estou no poço, falta alguém que diga como realizar as provas da remição [...]”

COPESQUISADORA 9 “Eu estou no poço, falta incentivo, a leitura não é incentivada

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ainda com relação ao “poço”, nas vivências da Sociopoética, foram feitas algumas críticas no que diz respeito às ações de leitura do projeto “livro Aberto”, conforme as falas a seguir:

COPESQUISADORA 1 “[...] o projeto é importante, mas, acho que devia ter mais livro de auto ajuda, pois ajudaria a entender o sofrimento”.

COPESQUISADORA 9 “A gente recebe o livro e só diz que é pra fazer um resumo e mais nada, não tem ninguém que ensine como é pra fazer”

Dados da pesquisa (2017)

Mediante os discursos apresentados percebe-se que as ações de leitura deixam lacunas, circunstanciando as copesquisadoras a participar do projeto apenas pelos dias a menos na pena. Tal fato retoma tônica de um questionamento sobre a forma do projeto efetivar suas ações de leitura para as internas na unidade. Segundo Julião e Paiva (2014, p. 122) para “[...] pensar projetos de leitura que distribuem livros exige pensar em concomitância uma ação dinamizadora, essencial como mediação que aproxima e apresenta o sujeito a cada percurso ficcional [...]”. Condições essas que são reivindicadas pelas copesquisadoras nas falas anteriores.

A “ponte” foi escolhida por duas copesquisadoras como espaço representativo para a leitura e projetos de leitura no IPF. “Ponte” é um elo de ligação, um instrumento que permite a passagem de um local para outro. Sendo assim, a “ponte” pode ser representado pelo projeto de leitura, onde por meio da remição é possível sair do cárcere e retornar a sociedade liberta.

Para ultrapassar a ponte é preciso estar disposto a enfrentar desafios. Às vezes a ponte é estreita e insegura exigindo que se tenha equilíbrio para chegar do outro lado. A forma como o projeto é apresentado às internas, mesmo com suas falhas pode ser essa “ponte”, que para levar a liberdade exige que elas persistam, mesmo diante das incertezas que enfrentarão, ratifica-se esse entendimento diante da fala da copesquisadora 10 “[...] o projeto ajuda a conseguir passar a ponte”.

Diante disso, expõe-se mais justificativas que levaram as copesquisadoras a escolha da “ponte” como espaço representativo para a leitura e projeto de leitura no IPF,

COPESQUISADORA 6 “Eu acho que estou na **ponte**, é que a **leitura é como se fosse uma ponte para a liberdade**, [...]”

COPESQUISADORA 10 “Eu acho que estou na **ponte**, a leitura e o projeto de remição é essa ligação que ajuda a sair daqui, eu acho”.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por intermédio das justificativas acima, entende-se que a “ponte” representa para as copesquisadoras uma alternativa para a liberdade, pois elas creditam à leitura e o projeto de remição como uma chance de livrar-se mais rápido dos muros da prisão.

Analisando os dados expostos nessa categoria, entende-se que há diversas percepções para as ações de leitura desenvolvidas no IPF, fato comprovado pela escolha dos espaços pelas copesquisadoras. É importante ressaltar que mesmo que as ações de leitura desenvolvidas pelo projeto apresentem falhas na sua execução, ainda assim, como relatado por algumas copesquisadoras a presença desse projeto na unidade e sua efetivação é considerado importante pela maioria delas, contribuindo para manter vivo o sonho da liberdade.

Verificou-se por meio dos relatos das copesquisadoras que a leitura tem contribuído para a melhoria do cárcere, como pode ser confirmado na fala das copesquisadoras 3 e 4: “[...] você se ocupa com a história” e “[...] a leitura ocupa a mente”, respondendo, portanto, ao segundo objetivo específico da pesquisa que é verificar se a leitura promove a melhoria no cárcere. Ao analisar as justificativas acima se constata que a leitura possibilita aos indivíduos encarcerados preencher o tempo livre, mantendo a mente ocupada e assim, promove o bem-estar físico e mental visto que, as deixa mais tranquilas e evita conflitos entre elas.

b) Biblioteca prisional e sua atuação no cenário carcerário feminino

Nessa categoria busca-se fazer um panorama da biblioteca prisional no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, de modo, a revisitar os objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: averiguar se na concepção das internas a biblioteca tem contribuído para a melhoria da realidade no cárcere e investigar através da percepção das internas se a biblioteca favorece a reinserção social.

A biblioteca na prisão surge como uma forma de promover o desenvolvimento pessoal e profissional da população carcerária, apoiando as atividades educacionais e recreativas nos estabelecimentos prisionais. Contudo, sua presença nesses ambientes ainda não é amplamente difundida. O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, desde 2009 dispõe de uma biblioteca para assistência as internas.

Com isso, a unidade prisional cumpri o disposto na LEP 7.210/84 que assegura a população carcerária o direito de dispor de biblioteca nos estabelecimentos prisionais, seguindo as especificações pertinentes a cada estabelecimento prisional.

Durante a pesquisa de campo foi averiguado que a biblioteca Marieta Cals implantada no (IPF) tem um acervo que abrange desde o direito, religião, psicologia, literatura etc. Esse acervo em sua grande maioria é recebido por meio de doações, pratica comum nos estabelecimentos prisionais brasileiros. Há nove anos foi realizado um levantamento da situação das bibliotecas prisionais em que essa prática já foi identificada. No relatório elaborado consta que, em regra, os acervos das bibliotecas prisionais foram formados por meio de campanhas de doação de livros fornecidos pela comunidade e por instituições públicas ou privadas. (BRASIL, 2008, p.27).

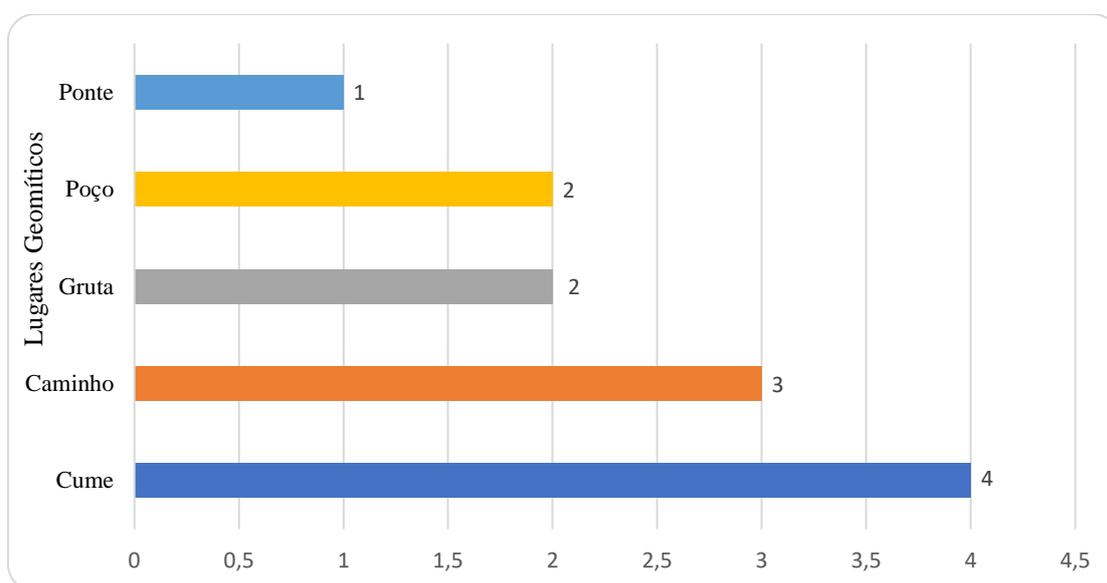
Verificou-se que a biblioteca do (IPF) não foge à regra das existentes em outros estabelecimentos prisionais no Brasil, no que se refere à responsabilidade pelas atividades do local. Essa função fica a cargo de uma interna, que é remunerada seguindo os preceitos da remição pelo trabalho. Essa remuneração corresponde de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo e o direito de remição da pena por essa atividade, sendo que três dias de trabalho representa um a menos a ser cumprido na prisão.

Constatou-se que apesar da Lei de Execução Penal ser clara ao afirmar que é obrigatória a presença de bibliotecas no cárcere, o ordenamento jurídico dos estabelecimentos penais não contempla a função de bibliotecário em seu quadro funcional. Deste modo, a biblioteca figura no cenário penitenciário sem as condições necessárias para efetivação do seu papel, como ressalta Silva Neto e Leite, (2010) ao afirmar que o bibliotecário é uma peça essencial no desenvolvimento de uma biblioteca

prisional. Essa questão foi evidenciada pela copesquisadora 2 ao relatar que “falta profissional habilitado para exercer a função na biblioteca”.

Durante a vivência com as internas, através da oficina “escolha o lugar”, foi indagado as copesquisadoras em qual lugar da natureza elas se encontravam em relação a biblioteca no IPF. Em realidade, buscou-se verificar se as ações de leitura da biblioteca têm contribuído para a melhoria da realidade no cárcere e para a reinserção social das internas. Para isso, utilizou-se dos dados obtidos por meio da vivência Sociopoética. Obteve-se para a questão supracitada os resultados contidos no gráfico-2 a seguir:

Gráfico 2- Representação das copesquisadoras para a biblioteca prisional do IPF:



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Diante dos dados obtidos para a questão supracitada, observou-se que todos os cinco lugares apresentados como possível resposta para a pergunta, foram citados pelo grupo copesquisador, revelando uma diversidade de percepção sobre a biblioteca.

Dos cinco lugares apresentados, o “cume” foi considerado o mais representativo para elas, sendo escolhido por 33,5% do grupo copesquisador. Essa representação pode significar que o cume apesar de íngreme possibilita vislumbrar novos horizontes e que a biblioteca mesmo diante das adversidades, consegue ser vislumbrada como uma alternativa para conseguir a liberdade. O “cume” para quem está no cárcere significa a oportunidade de conquistar a liberdade, de retornar ao convívio social, fator que é destacado por algumas das copesquisadoras, como é possível observar nas justificativas apresentadas para a escolha desse espaço.

COPESQUISADORA 1 “Eu estou no **cume**, é onde eu posso chegar aqui dentro né? A biblioteca ajuda a fazer novas descobertas”.

COPESQUISADORA 5 “Eu escolhi o **cume**, pois a biblioteca deixa a mente da gente ocupada”.

COPESQUISADORA 6 “Eu estou no **cume**, pois a biblioteca ajuda na busca de melhoria”.

COPESQUISADORA 11 “Eu estou no **cume**, acho que a biblioteca ajuda a chegar onde eu quero, a liberdade”.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

As justificativas evidenciam que a concepção das internas em relação à biblioteca está relacionada a diversas alternativas, revelando a sua importância no ambiente carcerário. Vindo ao encontro dessa compreensão, Trindade (2009, p. 47) defende que “[...] a biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, [...] abrindo, com isso, uma janela para mundo exterior”. Essa perspectiva de liberdade suscitada por essa instituição pode ser percebida nas respostas das copesquisadoras para a escolha do “cume” como lugar representativo da biblioteca. Sendo assim, é válido destacar que a biblioteca no cárcere, mesmo em meio às adversidades para sua atuação, ainda se caracteriza como um instrumento capaz de despertar nos indivíduos esperança de novas oportunidades fora do cárcere.

O “caminho” foi o segundo lugar escolhido para representar onde as copesquisadoras se encontram em relação à biblioteca no IPF. Considera-se que essa escolha ocorra pelo fato do “caminho” vislumbrar uma saída, ainda que a caminhada seja longa e difícil. Mesmo que haja obstáculo que precise ser vencido, o “caminho” é uma possibilidade de encontrar um novo rumo ou regressar para um lugar desejado, ou seja, proporciona uma direção para a liberdade. Destacam-se a seguir as justificativas que foram explicitadas para a escolha desse lugar.

COPESQUISADORA 7 “Eu digo que estou no **caminho**, a biblioteca é um caminho para a liberdade né?”.

COPESQUISADORA 10 “Eu acho que estou no **caminho**, a biblioteca é lugar de aprendizado né não? é oportunidade de conhecimento”.

COPESQUISADORA 12 “Eu sinto que estou no **caminho**, pois a biblioteca é um caminho para conhecimento novo né? É uma oportunidade de aprender mais”.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observa-se que as justificativas apresentadas pelas copesquisadoras possuem em seu contexto o conhecimento e o aprendizado como destaque no papel da biblioteca. Assim sendo, pode-se inferir que a partir dos novos conhecimentos adquiridos, a biblioteca abre caminhos para a liberdade.

Essa oportunidade de libertar-se do cárcere, foi ressaltada pelas copesquisadoras 7 e 11, ao produzirem os seus desenhos na oficina “percebendo a biblioteca e a leitura no IPF”. Tal percepção pode ser motivada pelo fato de ser inviável separar a ação da biblioteca e do projeto de remição, eles atuam em conjunto em prol da pretendida liberdade retratada nos desenhos apresentados a seguir na figura-3

Figura 3- Desenho apresentado pela copesquisadora 7.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Ainda nesse sentido a copesquisadora7 detalha:

“Esse desenho é uma biblioteca, e essas pessoas estão indo pra lá, elas estão livres e eu estou buscando essa liberdade”
(COPESQUISADORA7)

Ainda nessa perspectiva apresentamos o desenho feito pela 11, conforme a figura-4 que conforme essa copesquisadora o cume é caminho que ela busca alcançar. O cume realmente é objetivo dos indivíduos que são empreendedores.

Esse **caminho** e esse cume eu desenhei para dizer que estou buscando chegar aí, a leitura ajuda a gente a chegar nesse cume, que é a liberdade.
(COPESQUISADORA 11).

Figura 4- Desenho apresentado pela copesquisadora 11.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se que as duas copesquisadoras vislumbram na biblioteca uma forma de liberdade, que pode ser representada em dois sentidos: liberdade no que diz respeito ao retorno a sociedade, ou seja, a reinserção social ou também como forma de se transportar para outros espaços durante as leituras. Os dois desenhos apresentam nuvens o que pode significar por exemplo, o momento nebuloso que elas se encontram, mas as duas também tem o sol, a primeira apresenta o sol surgindo entre as nuvens, como que representando a esperança de retornar a liberdade, apesar do tempo incerto para isso.

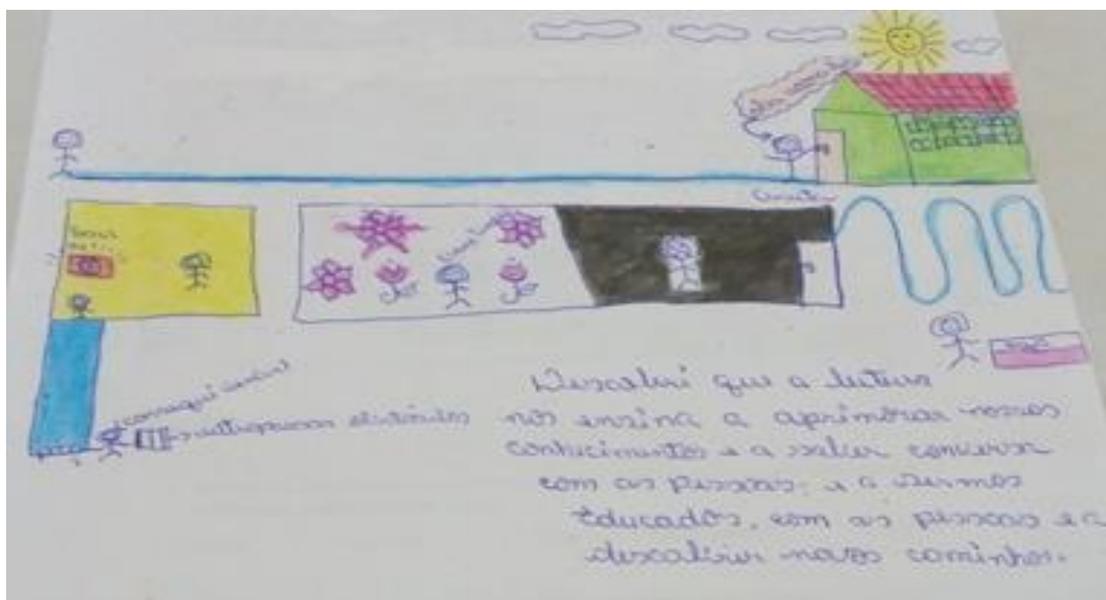
Ademais, sobre o “**caminho**” como lugar significativo para a biblioteca a copesquisadora 12 produziu um desenho onde expressa a sua escolha. Assim ela se expressa:

“Meu desenho é uma biblioteca, depois essa gruta escura é onde ficamos sem a leitura, sem conhecimentos, a leitura deixa mais bonito as coisas, aí eu fiz essas flores, e depois a gente acha a saída, a gente ultrapassa os obstáculos e conquista a liberdade, depois de todo esse caminho aí” (COPESQUISADORA 12).

Considera-se que para chegar à liberdade há todo um caminho a ser percorrido como mostra o desenho apresentado na figura-5, reflete os obstáculos que devem ser superados e a biblioteca pode ajudar a vencer as dificuldades. Ela enuncia por meio de seu texto os benéficos que a biblioteca promove como novos conhecimentos e melhoria do relacionamento interpessoal. Na compreensão de Barros (2013) com essa atuação a biblioteca favorece a reinserção social, pois

A implantação de biblioteca em prisões sem sombra de dúvida apresenta-se como uma alternativa eficaz para a inserção desses indivíduos na sociedade. Ela oferece meios para que eles ocupem a mente em uma atividade prazerosa, despertando-os para o aprendizado, hábito da leitura, enriquecimento cultural e social. (BARROS, 2013, p.1)

Figura 5- Desenho apresentado pela copesquisadora 12.

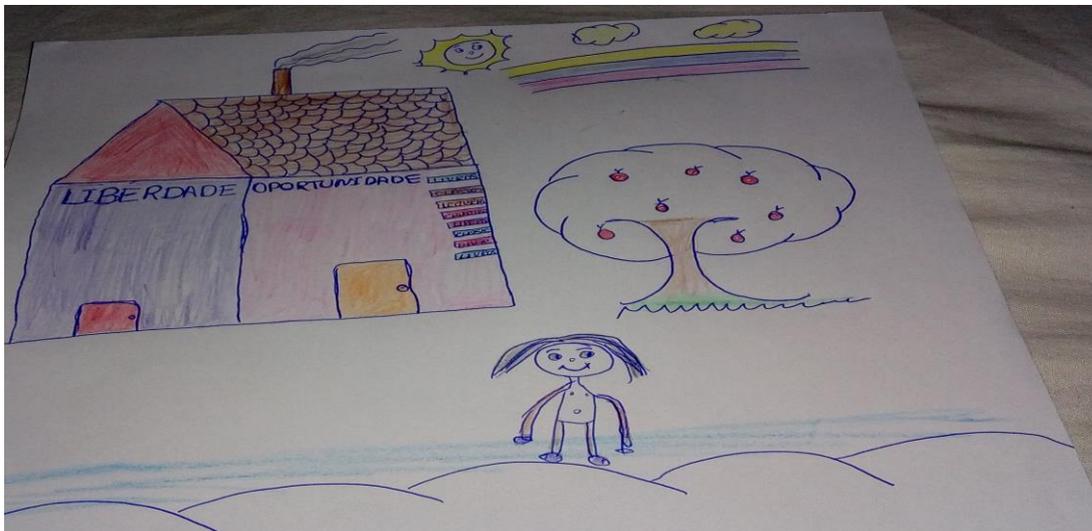


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A biblioteca no cárcere como instrumento que alicerça a liberdade é destacada no desenho produzido pela copesquisadora 5 e em sua fala: “Eu desenhei essa biblioteca, e essa pessoa no **caminho** da liberdade, oportunidade que estou buscando aqui”

(COPESQUISADORA 5). Ela incute como faceta da biblioteca, o papel de possibilitar um caminho para a liberdade, conforme a figura-6

Figura 6- Desenho apresentado pela copesquisadora 5.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Examinado o desenho da figura-6, depreende-se que o caminho que leva a liberdade não é plano, mas com altos e baixos, o que pode representar a inconstância do ambiente carcerário. Mais uma vez existem nuvens e sol presentes no desenho, além de um arco íris com apenas três cores, que pode revelar as dificuldades intrínsecas ao cárcere na busca pela liberdade. Na biblioteca existe uma chaminé que simbolicamente pode ser entendida como a chance de comunicação entre o cárcere e a sociedade liberta.

A “gruta” foi o espaço escolhido por duas das copesquisadoras. Esse lugar traz a alusão de ser um ambiente escuro, um ambiente que impossibilita o olhar para novos horizontes, visto que, é um local subterrâneo. A escolha das copesquisadoras por esse lugar, representa a dificuldade de compreensão das leituras, revelando um ponto falho da biblioteca na efetivação das suas ações. Essa perspectiva é confirmada pelas falas que explicam a escolha do lugar,

“Eu me sinto na gruta, pois falta profissional habilitado para exercer a função na biblioteca [...]” (COPESQUISADORA 2)

“Eu estou na gruta, pois acho que falta alguém que tome conta da biblioteca e explique as coisas pra gente [...]” (COPESQUISADORA 3)

Além disso, a copesquisadora 3 ressaltou as condições físicas da biblioteca ao expressar que [...] o local é inadequado”. Essas questões levantadas pelas internas, foram

enfocadas por Trindade, ao evidenciar que nos estabelecimentos prisionais brasileiros onde existem bibliotecas elas enfrentam a falta de estrutura física, bem como de recursos humanos e bibliográficos. (TRINDADE, 2009, p. 50).

Na oficina “percebendo a biblioteca e a leitura no IPF”, a copesquisadora 2 produziu um texto no qual ratifica sua percepção ao escrever o seguinte:

“Deveria mudar a explicação quando nos entrega o livro, pois quando passa o carrinho a moça que fica na biblioteca que nem formada e só sabe explicar que é para fazer um resumo, eu acho isso muito errado, pois tinha que ter uma bibliotecária formada para nos explicar o que realmente tenho que fazer no dia da prova. O espaço também é muito importante e eu acho a leitura é sim importante mais falta isso para melhorar.” (COPESQUISADORA 2).

Há diversos questionamentos apresentados pela copesquisadora, desde a presença de um profissional para gerir a biblioteca, como a questão do espaço físico e a falta de entendimento quanto a realização da prova de remição. Reafirmando, portanto, a escolha da “gruta” como o lugar em que se encontra perante a biblioteca.

Constatou-se nas visitas realizadas, que a biblioteca do IPF não dispõe de espaço físico que possibilite o acesso das internas ao local, essa é a realidade da maioria das bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Segundo Colares e Lindemann (2015, p. 208) a biblioteca no cárcere na maioria das vezes “[...] é um espaço destinado apenas para a distribuição de livros nas celas para os apenados”. Além disso, há regras específicas determinadas para cada unidade prisional no que se refere ao uso do espaço físico da biblioteca, quando o mesmo existe, apenas alguns indivíduos conseguem autorização para isso, são regras que permeiam o ambiente carcerário e que reflete na atuação da biblioteca.

O “poço” foi outro espaço escolhido por duas copesquisadoras na vivência “escolha o lugar” para representar o lugar onde se encontravam em relação a biblioteca do IPF. Analisando subjetivamente a representação desse lugar, temos que o “poço” pode significar um abismo e dependendo da profundidade fica cada vez mais difícil conseguir sair.

Costuma-se usar uma conhecida expressão mencionando esse lugar ao considerar-se na pior, diz-se “estou no fundo poço”. Deste modo, compreende-se que o abismo pode representar as lacunas apresentadas pela biblioteca na unidade prisional. Expõe-se a seguir algumas justificativas para a escolha do “poço”.

COPESQUISADORA 8 “Eu considero que estou no **poço**, pois a biblioteca é apenas um lugar de livros, temos que ler na cela, o carrinho passa nas alas e pegamos o livro”.

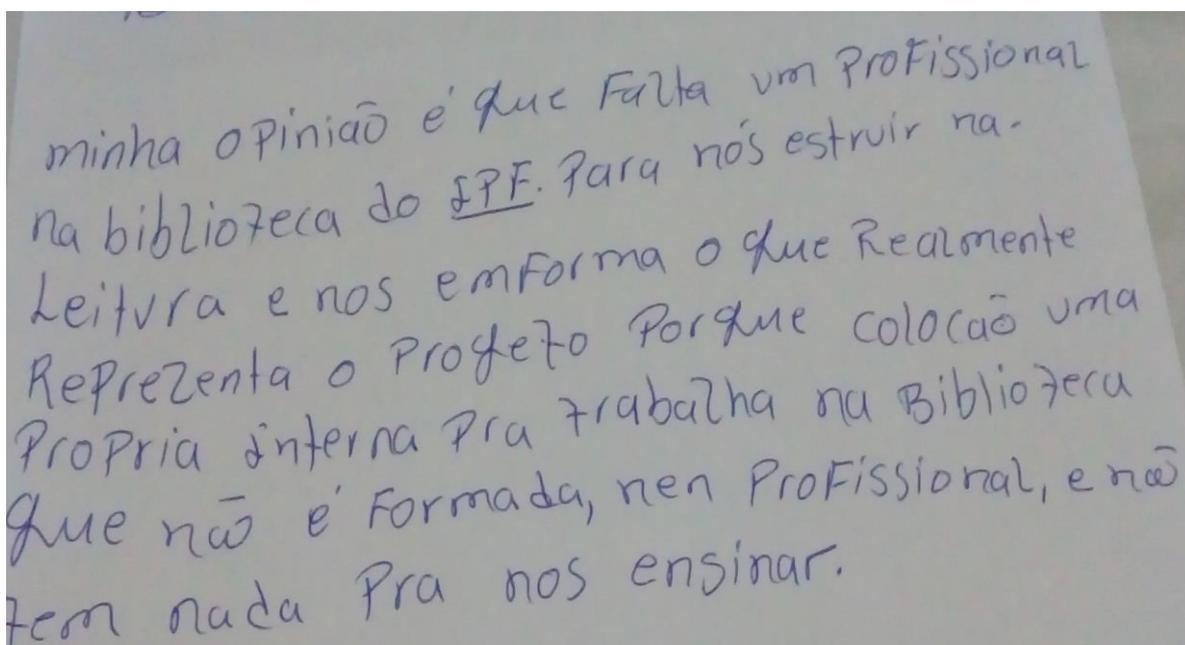
COPESQUISADORA 9 “Eu me considero no **poço**, pois não podemos usar o espaço, não existe espaço na biblioteca, você já conheceu lá?”.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Verifica-se nas falas das copesquisadoras que o não uso do espaço da biblioteca pelas internas faz com que as mesmas considerem a inexistência do lugar. O “poço”, portanto, é a falta de estrutura física destacada pelas copesquisadoras.

Durante a oficina “percebendo a biblioteca e a leitura no IPF”, copesquisadora 9, teceu sua opinião sobre a atuação da biblioteca, escrevendo o seguinte texto, mostrado na figura 7.

Figura 7- Texto desenvolvido pela copesquisadora 9



minha opinião é que falta um profissional na biblioteca do IPF. Para nós estruturar a leitura e nos ensinar o que realmente representa o projeto porque colocou uma própria interna pra trabalhar na biblioteca que não é formada, nem profissional, e não tem nada pra nos ensinar.

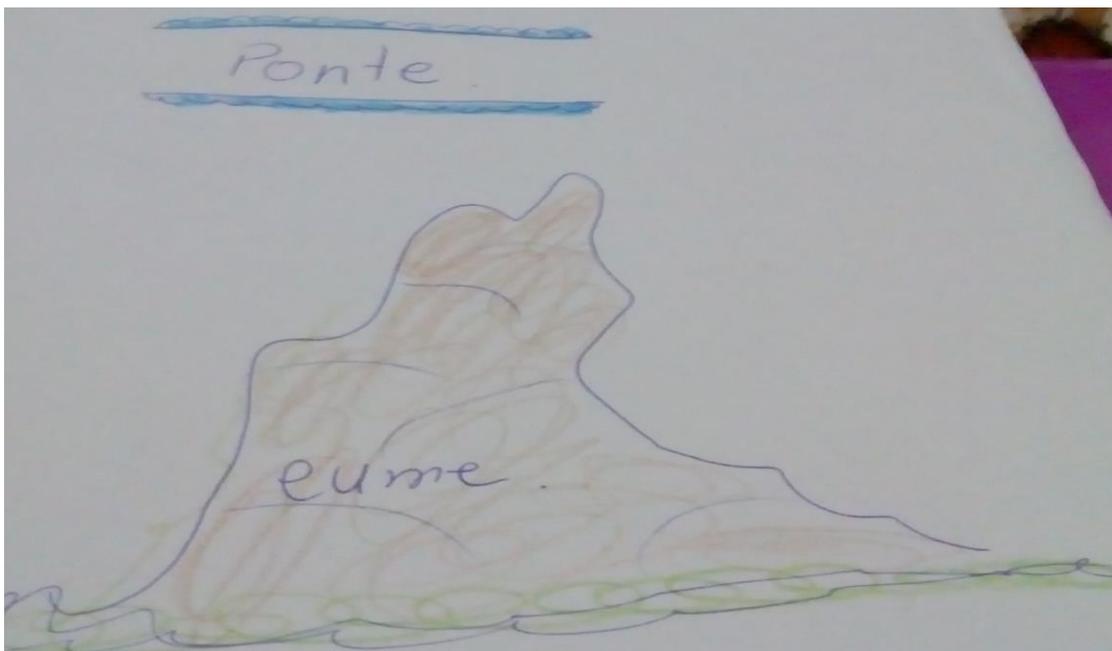
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Percebe-se, portanto, que há dificuldade na compreensão das leituras por parte da copesquisadora, bem como, do funcionamento do projeto de leitura. A falta de incentivo à leitura pode resultar em desinteresse em participar do programa de remição, por não conseguir realizar a atividade de forma a atingir nota que garanta a remição da pena.

A escolha do “poço” demonstra que há lacunas na atuação da biblioteca, que precisam ser sanadas para que haja uma efetiva apropriação da leitura pelas internas. Ações que possam desenvolver o gosto pela leitura não somente como uma obrigação para conseguir a remição da pena, mas uma leitura que produza outros sentidos para o leitor encarcerado.

A “ponte” foi a escolha de uma das copesquisadoras para revelar onde se encontrava em relação a biblioteca. Esse lugar significa uma passagem, uma travessia que permite o deslocamento de um ambiente para outro, mas para isso é necessário que essa “ponte” esteja alicerçada em colunas seguras, e deste modo, suportar a travessia de quem por ela passa. A biblioteca como uma “ponte”, pode representar a ligação com a sociedade liberta, a perspectiva de retornar a essa sociedade, como pode ser verificado no desenho apresentado pela copesquisadora 4, conforme a figura-8.

Figura 8- Desenho apresentado pela copesquisadora 4.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Ela ainda se expressa pelo texto verbal: “Eu fiz esse desenho para dizer que a biblioteca é uma ponte que faz a gente chegar ao cume que é a liberdade”. (COPESQUISADORA 4)

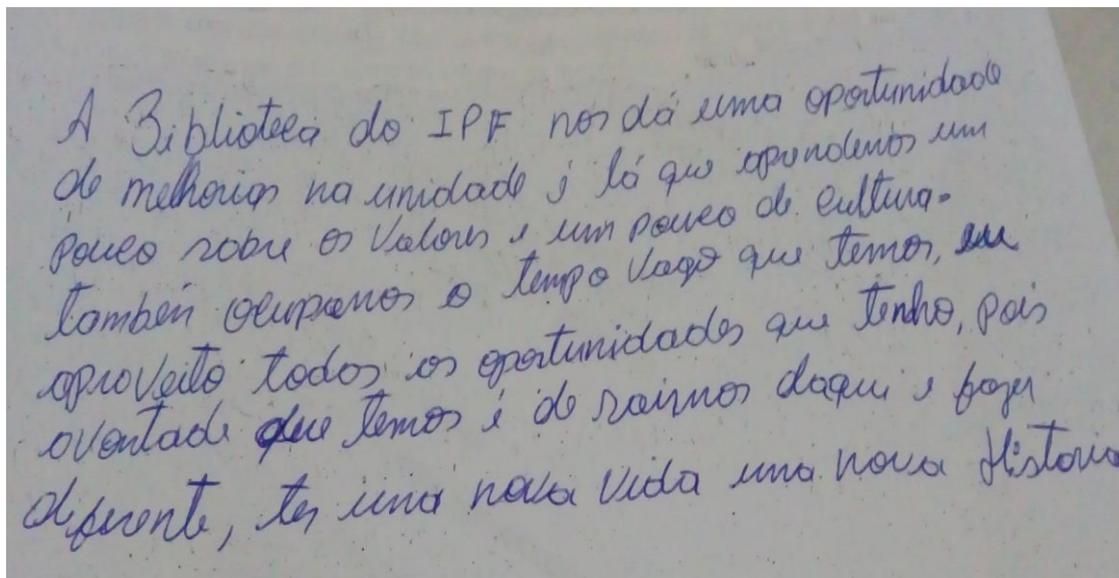
Entende-se que a biblioteca mantém o elo dos indivíduos com o mundo que foi deixado para trás ao adentrar no cárcere, conexão que será essencial para a reinserção social. Conforme destaca Barros (2013, p. 1) ao evidenciar que a biblioteca prisional pode

atuar eficazmente na reinserção social dos indivíduos, promovendo diversos benefícios para a população carcerária, dentre eles a ocupação da mente através das leituras. Essa alternativa de atuação da biblioteca foi destacada pela mesma copesquisadora ao ratificar a escolha da “ponte” como o lugar onde se encontra em relação a biblioteca do IPF, justificando que:

“Eu estou na ponte, acho que a biblioteca ajuda a melhorar o tempo que ficamos aqui”. (COPESQUISADORA 4)

Deste modo, a biblioteca como “ponte”, pode favorecer o retorno ao convívio social, como frisou (SANTA ANNA; GREGÓRIO; GERLIN, 2014), ao evidenciar que a biblioteca através das suas ações pode contribuir para a ressocialização dos indivíduos encarcerados. Além de favorecer o enfrentamento desse momento de transição em que se encontram as internas. Ainda no contexto dos benefícios que a biblioteca pode promover no ambiente prisional destaca-se o texto produzido pela copesquisadora 6, que se exprime na figura-9

Figura 9- Texto desenvolvido pela copesquisadora 6.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Entende-se, portanto, que a biblioteca favorece a melhoria no cárcere, e possibilita a ocupação do tempo vago na prisão, respondendo assim, um dos objetivos específicos dessa pesquisa. Nesse sentido as ações da biblioteca significam um esteio para as internas nos diversos momentos enfrentados no cárcere.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não chegamos aqui ao final de uma jornada, finalizamos uma etapa da viagem [...] para revermos os passos e repensarmos sobre as novas possibilidades.

Roberto Stori

Diante do exposto, cabe tecer considerações sobre o estudo, para isso, retorna-se aos questionamentos iniciais da pesquisa, considerando serem essenciais para a efetivação do trabalho.

Buscou-se com esta pesquisa compreender como a biblioteca prisional efetiva suas ações de leitura em prol das internas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. Nesse sentido constatou-se que a biblioteca Marieta Cals atua em consonância com o projeto “livro aberto” em prol de subsidiar a lei estadual de remição pela leitura desenvolvido na unidade prisional. Desse modo, não foi identificado nenhuma outra ação que promova o incentivo à leitura sem o intuito da remição. A biblioteca e o projeto “livro aberto” são indissociáveis, já que as internas não têm acesso a biblioteca, os livros chegam até elas através do carrinho de livros do projeto que circula nas vivências da unidade.

Revisitando os objetivos específicos da pesquisa identificou-se que há na unidade projeto de leitura em prol das internas, atuando primordialmente visando a prática da remição pela leitura no local. O projeto “livro aberto” atua em diversas unidades prisionais do Estado, no IPF sua implementação ocorreu em 2014.

Averiguou-se através das percepções das internas nas vivências realizadas que de maneira geral, a biblioteca tem contribuído para a melhoria da vida no cárcere. As ações melhoram a convivência entre os indivíduos, auxiliam na busca pelo crescimento através dos novos conhecimentos obtidos na leitura dos livros. Também, viabilizam o acesso aos livros de autoajuda que favorecem o entendimento do sofrimento vivenciado pelas internas. Além do mais, favorecem a ocupação do tempo vago, além de ser considerada como um instrumento que mantém a esperança das internas no retorno a sociedade.

Observou-se que as ações de leitura desenvolvidas na unidade é basicamente fornecer os livros para as internas que desejam ler. Deste modo, parte de cada interna o interesse pela leitura, seja para participar do projeto de lei de remição pela leitura ou simplesmente pelo desejo de ler. Na remição a interna que interessar-se em participar,

precisa procurar a secretaria da unidade e solicitar a inscrição no projeto. Após isso, recebe o livro e tem entre vinte e trinta dias para realizar o resumo ou resenha da obra lida. Caso o interesse seja somente ler sem participar da remição, é só pegar o livro no carrinho do projeto “livro aberto”, que passa três vezes por semana nas vivências da unidade, sendo conduzido pela interna responsável pela biblioteca.

Quanto à análise da biblioteca do IPF favorecer a reinserção social, infere-se a partir das percepções das internas que há lacunas apresentadas no desenvolvimento das ações de leitura pela biblioteca prisional do IPF. Isso pode ser devido, por exemplo, ausência de espaço adequado para a leitura, pois a cela é onde as internas realizam essa prática. Outro fator pode ser decorrente da falta de incentivo à leitura, suporte para as internas que precisam ser avaliadas pelo projeto de remição. Ainda nesse aspecto, considera-se também, que a falta de profissional especializado para gerir a biblioteca dificulta as ações dessa organização no que concerne ao cumprimento dos objetivos do projeto. Considera-se que mesmo com todas as dificuldades evidenciadas nos achados da pesquisa, ainda foi possível perceber que a biblioteca continua sendo vista pelas internas como um instrumento que promove essa reinserção social, visto que elas creditaram a esse ambiente características como, promotora de novos conhecimentos, novos aprendizados e principalmente como um instrumento que auxilia alcançar a liberdade.

Diante disso, é possível afirmar que mesmo atuando sem as condições necessárias, enfrentando as adversidades inerentes ao ambiente prisional, a biblioteca em consonância com a leitura continua produzindo diversos benefícios para as internas, como foi relatado nas vivências. Entende-se que se forem oferecidos os requisitos necessários para o fortalecimento dessa atuação, mais efetivo serão as contribuições da biblioteca no cenário carcerário.

Para concluir acredita-se que o acesso à leitura pelos indivíduos privados de liberdade não é regalia ou assistencialismo, mas sim garantia, é simplesmente cumprir o que determina a lei, que os Estados garantam o acesso à leitura e a biblioteca para a população carcerária. Mas, não fica somente nisso, é preciso que esse direito seja assegurado mediante as condições necessárias que assegure a sua efetividade. Não basta dispor de livros é preciso apresentá-los aos sujeitos, é preciso que a biblioteca promova ações que favoreçam uma relação de intimidade entre leitura e leitor, principalmente quando esse leitor não desenvolveu o gosto pela leitura.

Sendo assim, é preciso que as autoridades reconheçam que para que a biblioteca e a leitura contribuam de fato para a reinserção social da população carcerária, é essencial

que sejam desenvolvidas políticas de leitura nesse sentido. Acredita-se que a presença do bibliotecário nas bibliotecas prisionais, possa contribuir na formação de novos leitores nas unidades prisionais. Pois, ele poderá desenvolver projetos que vise o incentivo à leitura nesses espaços e desse modo, auxiliar para que a leitura possa produzir sentido para os indivíduos e não seja efetivada com vistas somente a desenvolver um resumo ou uma resenha no final de cada mês e assim conseguir a remição de quatro dias da pena.

Conclui-se ainda que em nenhum momento pode-se creditar a biblioteca, a leitura ou ao profissional bibliotecário a redenção de toda população carcerária. Porém, acredita-se que esses três pilares agindo conjuntamente podem contribuir efetivamente para a ressocialização ou reinserção social do indivíduo encarcerado de forma a favorecer a diminuição do alto índice de reincidência presente no sistema prisional brasileiro. Sabe-se que há muito a prisão somente não resolve o problema da criminalidade, e que mais cedo ou mais tarde esses sujeitos retornarão ao convívio social.

Quanto aos bibliotecários e cursos de Biblioteconomia é preciso que percebam esses espaços como campo de atuação, compreendendo que é possível atuar como agentes transformadores desse cenário.

Acredita-se ter alcançado os objetivos propostos nessa pesquisa, observando a abordagem exploratória da mesma, essa temática suscita a realização de estudos futuros que abordem os diversos vieses ainda pouco explorados no tema.

Finalmente, considera-se importante destacar que a realização deste trabalho foi efetivamente um desafio, pois os percalços foram muitos, desde as dificuldades na identificação e acesso à bibliografia, o preenchimento dos formulários da plataforma Brasil e o acesso ao IPF. Porém, nenhum deles foi maior do que vontade de realizar-se a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2011. 316f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-145419/pt-br.php>. Acesso em: 20 jun. 2017.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Guidelines for library service to prisoners*. Chicago: Association of Especialized and Corporative Library agencies, 1995.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Guidelines for library service to prisoners*. 2.ed.rev. Londres: Library Association Publishing, 1997.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. *Revista Informação & Sociedade : estudos*, Paraíba, v. 2, n. 1, 1992.

BARROS, Itamara Pontes dos Santos; et al. A biblioteca atuante na penitenciária, resgatando a autoestima e a cidadania dos detentos: caso da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013 Florianópolis. *Anais...* Florianópolis. Disponível: <http://portal.febab.org.br/anais/view/4/showToc>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BENEDUZI, Andréa. Campello. *Bibliotecas especiais: a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alcance do paciente*. Porto Alegre, 2004. 71f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18721/000457501.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <<http://goo.gl/S8BSGI>> Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) atualizado em 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017, 65p.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório da situação atual do sistema penitenciário-bibliotecas*. Brasília, maio. 2008. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/meta16_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

CHACÓN ALVARADO, Lúcia. Acceso a la información para los prisioneros. *Bibliotecas*, v. XI, n. 1, p. 37-43, enero-junio, 1993.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Catia Rejane. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.25, n.3, p. 205-215, set./dez. 2015.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 293 p.

EIRAS, Bruno Duarte. *Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional*. 2007. Disponível em:
<www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS, Cláudia Regina. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal. *Revista Faculdade Arnaldo Janssen Direito*, Belo Horizonte/MG, v. 4, n. 4, p. 125-145, jan. /dez. 2012.

GAUTHIER, Jacques Zanidê. A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da Sociopoética. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Marc/Abr, n. 25, p.127-142, 2004.

_____. *Sociopoética: encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação*. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery/UFRJ, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 213 p.

GONZAGA, João Bernardino. *O direito penal indígena: a época do descobrimento do Brasil*. São Paulo: Max Limonad. 1970, p.171.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO; Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOHN, Valquíria Michela. Palavras que salvam: usos e representações sobre a mídia impressa na prisão. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 9, n. 17, 2014.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LINDEMANN, Catia; SPUDEITT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. *Revista ACB: Biblioteconomia*. Santa Catarina, Florianópolis, SC. v. 21, n. 22, p. 707-723, ago/nov., 2016.

MAGNUS, Daniel Jesus Vieira. *Espaços de leitura como estratégia de (re) socialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/Porto Alegre*. 2012. 115f.

Monografia (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MARCÃO, Renato Flávio. *Lei de execução penal anotada*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Leandro. *As representações da biblioteca prisional: o olhar do presidiário*. 2016. 55f. Monografia [Bacharel em Biblioteconomia]- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 2016.

MUAKAD, Irene Batista. *Prisão albergue*. Cortez Editora, 1984, p.16.

NETO, Silva; GOMES, Epitacio; LEITE, DIAS, Francisca Chagas. Bibliotecas prisionais enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Piauí, v. 25, n. 1, p. 47-58, 2011.

PÉREZ PULIDO, Margarita. Acerca de las bibliotecas de prisiones y sus servicios. *Educación y biblioteca, Rioja*, ano 9, n.85, p. 40-44, 1997. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/113436/1/EB09_N085_P40-44.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PINTO, Nalayne Mendonça. *Penas e Alternativas: Um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização brasileiro (1984-702004)*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia); UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGSA, IFCS, 2006. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IFCS_D/NalayneMendoncaPinto.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017>

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

SALLA. Breves notas para a história do encarceramento em São Paulo-a penitenciária do estado de São Paulo. In:_____. *Revista Brasileira de Ciências criminais*. vol.5, fasc 20, out \ dez, 1997, p. 293-302.

SANTA ANNA, Jorge; GREGÓRIO, Elaine; GERLIN, Meri Nadia. Atuação bibliotecária além da biblioteca: o espaço de leitura do hospital universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.19, n.1, p. 77-88, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/953/pdf_89>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; DO NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. *Revista ACB: Biblioteconomia*. Santa Catarina, v. 20, n. 1, p. 67-85, 2015.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. *Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão educacional dos portadores de necessidades especiais no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2009b.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Barbara. Musumeci; ILGENFRIT, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO CEARÁ. *Portal institucional*. 2017. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/#site>. Acesso em: 20 set. 2017.

TORRES, Sandra Raquel Guedes; SILVA, Deize Rackuel Pereira da. *A influência da leitura no processo de ressocialização do detento*. (Relatório de Pesquisa) Faculdades Integradas da União do Ensino Superior Certo (UNICERTO). Curso de Letras. Brasília, 2006.

TRINDADE, Leandro Lopes. *Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições*. 2009. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 2 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

APÊNDICE -A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por Francisca Liliana Martins de Sousa, discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, para participar de uma pesquisa. Leia atentamente as informações abaixo e tire suas dúvidas, para que todos os procedimentos possam ser esclarecidos.

A pesquisa com título **“BIBLIOTECA PRISIONAL NO INSTITUTO PENAL FEMININO DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA: CENÁRIO E POSSIBILIDADES EM PROL DA REINSERÇÃO SOCIAL”** tem como objetivo básico pesquisar a função da biblioteca prisional no cenário carcerário feminino por meio da efetivação de ações de leitura para a construção da cidadania das internas no Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa.

A sua participação nesta pesquisa é muito importante, pois poderá trazer informações que venham contribuir para a melhoria da realidade carcerária através da proposição de ações que possam ser efetivadas, além de despertar o interesse de novas pesquisas que possam revelar novos olhares e perspectivas para o cenário pesquisado.

O lócus da pesquisa será o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa e os participantes serão as internas que utilizam a biblioteca local ou participam de projetos de leitura, ressaltando-se que a sua colaboração do participante é de caráter voluntário e não implica em remuneração. Há o risco de você sentir-se incomodado com alguma pergunta, constrangimento no ato da vivência, desconforto no ato gravação de áudio e medo de retaliação diante da resposta as perguntas efetuadas, e caso isto ocorra, poderá a qualquer momento interromper a pesquisa e se for de sua vontade encerrar sua participação.

A pesquisa será realizada seguindo os seguintes procedimentos: realização de uma dinâmica simples de relaxamento, em seguida será realizada a oficina “escolha o lugar”, onde haverá 4 perguntas geradoras que serão respondidas com base em lugares como ponte, poço, gruta, caminho e cume, para isso haverá uma contextualização desses lugares para compreensão da dinâmica, logo após as participantes apresentarão suas respostas, que poderá ser realizada de forma escrita ou por desenho. Os seguintes procedimentos serão respeitados:

- I. Seus dados pessoais e outras informações que possam identificar você será mantido em segredo;

II. Você está livre para interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos;

III. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada.

Peço autorização para gravar e registrar em fotos a realização da vivência. Esse material será de uso exclusivo das pesquisadoras, que assumem a responsabilidade de manter protegida a identidade das participantes e serão utilizados somente para essa pesquisa, sendo, portanto, arquivados até a conclusão da monografia que deve ocorrer até dezembro de 2017, a depender da aprovação da pesquisa pelo conselho de ética, sendo após esse período descartados, ou seja, serão excluídas dos respectivos instrumentos armazenados através da exclusão de todos os arquivos gerados. Os equipamentos utilizados para isso serão: um gravador de voz e uma câmera fotográfica. Caso concorde em participar da pesquisa, assine ao final desse documento, que possui duas vias, uma da pesquisadora responsável e a outra ficará em posse de vossa senhoria.

Endereço do(s) responsável (is) pela pesquisa:

Pesquisador Responsável: Francisca Liliana Martins de Sousa
Instituição: Universidades Federal do Ceará/Curso de Biblioteconomia
Telefone: (85) 98522-8377
E-mail: liliana-martins2011@hotmail.com
Pesquisador Orientador (a): Virginia Bentes Pinto
Instituição: Universidades Federal do Ceará/Curso de Biblioteconomia
Telefones para contato: (85) 3366-7702
E-mail: vbentes@ufc.br

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 Rodolfo Teófilo fone: 3366-8346. O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____,
 anos, _____.

Declara que é de livre e espontânea vontade que está participando da pesquisa, não recebendo nenhum pagamento para isso. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma via assinada deste termo e que minha participação é de caráter voluntário, não havendo remuneração.

Pesquisador Responsável: _____

Data: __/__/__

Participante:

Data: __/__/__

ANEXO-A APROVAÇÃO DA PESQUISA NO CONSELHO DE ÉTICA

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.375.319

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_989073.pdf	05/10/2017 22:00:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	05/10/2017 21:59:25	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	13/09/2017 22:20:34	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCompleto.pdf	13/09/2017 22:18:17	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Outros	CARTADEAPRECIACAO.pdf	13/09/2017 22:01:35	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIAINSTITUCIONAL.pdf	13/09/2017 21:55:49	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAODEPESQUISADORES.pdf	13/09/2017 21:53:59	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	13/09/2017 21:52:09	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Outros	CURRICULOLATTES.pdf	13/09/2017 21:42:08	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	13/09/2017 21:41:13	Virginia Bentes Pinto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/09/2017 21:38:01	Virginia Bentes Pinto	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	13/09/2017 21:34:59	Virginia Bentes Pinto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 10 de Novembro de 2017

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

CEP: 60.430-275

E-mail: comepe@ufc.br